



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3641/2023

Data da disponibilização: Sexta-feira, 13 de Janeiro de 2023.

DEJT Nacional

Tribunal Superior do Trabalho

Ministro Lelio Bentes Corrêa
Presidente

Ministro Aloysio Corrêa da Veiga
Vice-Presidente

Ministra Dora Maria da Costa
Corregedora-Geral da Justiça do Trabalho

Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1
Zona Cívico-Administrativa
Brasília/DF
CEP: 70070943

Telefone(s) : (61) 3043-4300

Presidência

Decisão Monocrática

Processo Nº MSCiv-1000007-47.2023.5.00.0000

Relator ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
IMPETRANTE N.J.I.E.C.L.
ADVOGADO GUILHERME APARECIDO DOS SANTOS(OAB: 393699/SP)
IMPETRADO D.D.1.R.R.A.D.P.
CUSTOS LEGIS M.P.D.T.

Intimado(s)/Citado(s):

- D.D.1.R.R.A.D.P.

Tomar ciência do(a) Intimação de ID 6e73f4d.

Processo Nº MSCiv-1000007-47.2023.5.00.0000

Relator ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
IMPETRANTE N.J.I.E.C.L.
ADVOGADO GUILHERME APARECIDO DOS SANTOS(OAB: 393699/SP)
IMPETRADO D.D.1.R.R.A.D.P.
CUSTOS LEGIS M.P.D.T.

Intimado(s)/Citado(s):

- N.J.I.E.C.L.

Tomar ciência do(a) Intimação de ID c996b33.

Processo Nº TutCautAnt-1000002-25.2023.5.00.0000

Relator LELIO BENTES CORRÊA
REQUERENTE CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO
TECNOLOGICA PAULA SOUZA
ADVOGADO MARCIO ROGERIO LICERRE(OAB:
439294/SP)
REQUERIDO MARIA CELESTE MENDONCA
AUKAR

Intimado(s)/Citado(s):

- MARIA CELESTE MENDONCA AUKAR

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-ES - 1000002-25.2023.5.00.0000

REQUERENTE: CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO
TECNOLOGICA PAULA SOUZA

ADVOGADO: Dr. MARCIO ROGERIO LICERRE

REQUERIDA: MARIA CELESTE MENDONCA AUKAR

GP/ajr

DECISÃO

A autarquia estadual CENTRO ESTADUAL DE EDUCACAO
TECNOLOGICA PAULA SOUZA ajuíza "pedido de deferimento de
efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos da
Ação Rescisória nº AR 0006845-74.2021.5.15.0000", com fulcro no
artigo 1.029, § 5º, do CPC e na Súmula n.º 414 desta Corte
superior.

Preliminarmente, **reautue-se** o feito, a fim de que seja identificado
como Tutela Cautelar Antecedente – TutCautAnt.

Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência, em caráter
antecedente e de natureza cautelar, ajuizada pela autarquia
estadual ora requerente, a fim de atribuir efeito suspensivo ao
Recurso Ordinário interposto nos autos da Ação Rescisória n.º
0006845-74.2021.5.15.0000 e, por corolário, suspender o
andamento da execução em curso nos autos da Reclamação
Trabalhista originária n.º 0010260-59.2018.5.15.0036.

Narra a autarquia requerente que a mencionada Ação Rescisória, em que apontada litispendência e afronta à coisa julgada, foi julgada improcedente pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, ao fundamento de que os títulos executivos judiciais apontados não tratavam de mesmo período exequendo, tampouco as ações coincidiam com os pedidos formulados.

Alega que, apesar da fundamentação assentada no acórdão prolatado pelo TRT da 15ª Região, há litispendência entre as Reclamações Trabalhistas de n.º 0010260-59.2018.5.15.0036, objeto da pretensão rescisória, e a de n.º 0001500-97.2013.5.15.0036, transitada em julgado anteriormente, na medida em que *“pleiteado as mesmas verbas perseguidas na ação que ora se pretende ver extinta”*.

Sustenta que *“a não suspensão da decisão pode resultar no pagamento de verbas de caráter alimentar cuja irrepetibilidade é reconhecida pela jurisprudência. Desta forma, o erário restará permanentemente prejudicado”*. Acrescenta que *“já fora expedido requisitório”* na execução da Reclamação Trabalhista originária n.º 0010260-59.2018.5.15.0036, a evidenciar o perigo na demora.

Requer *“seja concedido o efeito suspensivo ao recurso ordinário interposto [em Ação Rescisória] para suspender a execução do título executivo judicial rescindendo e impedir qualquer ato de execução da decisão rescindenda”*.

Ao exame.

Trata-se, como visto, de pedido de tutela provisória de urgência, em caráter antecedente e de natureza cautelar, ajuizada pela autarquia estadual ora requerente, a fim de atribuir efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos da Ação Rescisória.

Protocolizado em 3/1/2023, o presente pedido de tutela de urgência foi encaminhado à Presidência desta Corte superior, consoante o artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Nos termos do disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil, *“a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”*.

Portanto, para o exame do pedido de deferimento liminar da medida, sem oitiva da parte contrária, faz-se necessário aferir a presença simultânea dos elementos ensejadores da concessão da tutela de natureza cautelar.

Importante lembrar, nesse passo, que o escopo da presente tutela de urgência é emprestar efeito suspensivo ao Recurso Ordinário em Ação Rescisória. O destino da tutela cautelar em comento, assim, está intrinsecamente ligado à probabilidade de provimento do apelo e consequente reversão do provimento jurisdicional contrário à autarquia estadual ora requerente, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 995 do CPC.

No caso dos autos, tem-se que o objeto do Recurso Ordinário interposto nos autos da Ação Rescisória n.º 0006845-74.2021.5.15.0000, em relação ao qual se busca a concessão de efeito suspensivo, cinge-se à alegada litispendência e afronta à coisa julgada, ao fundamento de que os títulos executivos judiciais constituídos nas Reclamações Trabalhistas n.º 0010260-59.2018.5.15.0036, objeto da pretensão rescisória, e n.º 0001500-97.2013.5.15.0036, transitada em julgado anteriormente, seriam idênticos, acarretando dupla execução contra a autarquia estadual executada.

Emerge das peças colacionadas pela autarquia ora requerente que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região julgou improcedente o pedido formulado na Ação Rescisória, ao fundamento de que os títulos executivos judiciais apontados não tratavam do mesmo período exequendo e nem de mesmo pedido, não havendo falar em litispendência ou afronta a coisa julgada.

Da simples leitura do acórdão prolatado pela Corte de origem nos autos da Ação Rescisória originária, tem-se que a pretensão da autarquia ora requerente não ostenta a probabilidade do direito perseguido.

O presente requerimento apresentado a esta Presidência, portanto, em que pese intitulado de tutela provisória de urgência, trata na verdade de mero inconformismo da requerente, que, ainda insatisfeita, deduz rigorosa renovação dos mesmos argumentos recursais já devidamente refutados tanto pelo Juízo da execução nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 0010260-59.2018.5.15.0036, quanto pelo Tribunal Regional ao indeferir a tutela antecipada e ao julgar improcedente a Ação Rescisória objeto de Recurso Ordinário.

Desse modo, ante a **ausência de probabilidade de provimento do Recurso Ordinário em Ação Rescisória**, em relação ao qual se busca a concessão de efeito suspensivo, **indefiro** o pedido de concessão de tutela provisória de urgência deduzido pela requerente.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

**Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no
exercício da Presidência**

Despacho

Processo Nº TutCautAnt-1001236-76.2022.5.00.0000

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	JBS S/A
ADVOGADO	VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)

ADVOGADO CECILIA CHITARRELLI CABRAL DE
ARAUJO(OAB: 36615/DF)
REQUERIDO NATALY PAULA DE ASSIS
ADVOGADO RODRIGO FALCHI SOUZA(OAB:
355238/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- NATALY PAULA DE ASSIS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-TutCautAnt - 1001236-76.2022.5.00.0000

REQUERENTE: **JBS S/A**

ADVOGADA: Dra. VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS

ADVOGADA: Dra. CECILIA CHITARRELLI CABRAL DE ARAUJO

REQUERIDA: **NATALY PAULA DE ASSIS**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO FALCHI SOUZA

GP/ajr

DESPACHO

Trata-se de pedido de reconsideração da r. decisão mediante a qual o Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, relator de sorteio no âmbito da SBDI-2 desta Corte superior, acolheu a tutela de urgência persecuida pela empresa requerente, a fim de conceder efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos de Mandado de Segurança (Processo n.º 0007491-50.2022.5.15.0000).

Alega a ora requerida que o Recurso Ordinário interposto pela parte requerente não ostenta probabilidade de provimento, porquanto a responsabilidade da empregadora quanto ao grave acidente de trabalho já fora definida no julgamento da Reclamação Trabalhista de n.º 0011775-73.2019.5.15.0011. Acrescenta que não existe perigo de dano para o deferimento do pedido de efeito suspensivo ao apelo, na medida em que *“trata-se de uma empresa que teve um faturamento líquido de quase R\$ 6 bilhões de reais e que realizou uma doação generosa de mais de R\$ 1 bilhão de reais a partidos políticos”*.

Argumenta que a medida liminar deferida em seu favor pelo Tribunal Regional nos autos do Mandado de Segurança n.º 0007491-50.2022.5.15.0000, em que concedida a tutela antecipada para pagamento de prótese biônica para substituir seu braço amputado, merece ser mantida, tendo em vista a possibilidade de perecimento do seu direito em decorrência do transcurso do tempo. Afirma, nesse sentido, que *“a prótese biônica funciona através da sensibilidade do coto, no qual é perdida com o passar do tempo, o*

que inviabiliza a prótese e agrava os efeitos do acidente do trabalho”.

Frisa que a tutela antecipada que pretende seja restabelecida *“se equipara a uma tutela de evidência, uma vez que a empresa já foi responsabilizada pelo acidente do trabalho e tem o dever de arcar com todas as despesas geradas pelo acidente, sendo que a referida prótese é a que mais se aproxima de um braço, em respeito ao princípio da restituição integral”*.

Requer *“a reconsideração da decisão com a revogação do efeito suspensivo concedido em caráter liminar”*.

O feito foi encaminhado à Presidência desta Corte superior, nos termos do artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Ao exame.

Nos termos do referido artigo 41, XXX, do RITST, compete ao Presidente do Tribunal *“decidir, durante o recesso forense, as férias coletivas e os feriados, os pedidos de liminar em mandado de segurança, em tutelas provisórias de urgência e outras medidas que reclamem urgência”*.

No caso dos autos, verifica-se que, em **16/12/2022**, o Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Relator no âmbito da egrégia SBDI-2 para exame da tutela cautelar antecipada em questão, nos termos do artigo 311, § 1º, I, do Regimento Interno do TST, deferiu o pedido de tutela de urgência ajuizado em caráter antecedente pela empresa requerente, para conceder efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos do Mandado de Segurança n.º 0007491-50.2022.5.15.0000.

Dessa forma, constata-se que a controvérsia relativa à tutela de urgência ora questionada já foi examinada pelo juiz natural da causa.

Destaque-se que não há nos autos qualquer notícia da ocorrência de fato novo ou de controvérsia ainda não examinada pelo Exmo. Ministro Relator, a demandar a atuação extraordinária a que se refere o artigo 41, XXX, do RITST.

Nesse contexto, não se justifica a excepcional atuação da Presidência desta Corte superior, sob pena de se admitir o presente pleito como meio oblíquo de afastamento da competência originária do Relator natural para a apreciação da causa.

Ante o exposto, **deixo de examinar** o pedido de reconsideração, a ser apreciado oportunamente pelo Exmo. Ministro Relator do Recurso Ordinário, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no

exercício da Presidência

Processo Nº TutCautAnt-1001236-76.2022.5.00.0000

Relator ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE JBS S/A
ADVOGADO VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS(OAB: 29276/DF)
ADVOGADO CECILIA CHITARRELLI CABRAL DE ARAUJO(OAB: 36615/DF)
REQUERIDO NATALY PAULA DE ASSIS
ADVOGADO RODRIGO FALCHI SOUZA(OAB: 355238/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JBS S/A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

PROCESSO Nº TST-TutCautAnt - 1001236-76.2022.5.00.0000

REQUERENTE: **JBS S/A**

ADVOGADA: Dra. VANESSA DUMONT BONFIM SANTOS

ADVOGADA: Dra. CECILIA CHITARRELLI CABRAL DE ARAUJO

REQUERIDA: **NATALY PAULA DE ASSIS**

ADVOGADO: Dr. RODRIGO FALCHI SOUZA

GP/ajr

DESPACHO

Trata-se de pedido de reconsideração da r. decisão mediante a qual o Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, relator de sorteio no âmbito da SBDI-2 desta Corte superior, acolheu a tutela de urgência perseguida pela empresa requerente, a fim de conceder efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos de Mandado de Segurança (Processo n.º 0007491-50.2022.5.15.0000).

Alega a ora requerida que o Recurso Ordinário interposto pela parte requerente não ostenta probabilidade de provimento, porquanto a responsabilidade da empregadora quanto ao grave acidente de trabalho já fora definida no julgamento da Reclamação Trabalhista de n.º 0011775-73.2019.5.15.0011. Acrescenta que não existe perigo de dano para o deferimento do pedido de efeito suspensivo ao apelo, na medida em que *"trata-se de uma empresa que teve um faturamento líquido de quase R\$ 6 bilhões de reais e que realizou uma doação generosa de mais de R\$ 1 bilhão de reais a partidos políticos"*.

Argumenta que a medida liminar deferida em seu favor pelo Tribunal Regional nos autos do Mandado de Segurança n.º 0007491-50.2022.5.15.0000, em que concedida a tutela antecipada para

pagamento de prótese biônica para substituir seu braço amputado, merece ser mantida, tendo em vista a possibilidade de perecimento do seu direito em decorrência do transcurso do tempo. Afirma, nesse sentido, que *"a prótese biônica funciona através da sensibilidade do coto, no qual é perdida com o passar do tempo, o que inviabiliza a prótese e agrava os efeitos do acidente do trabalho"*.

Frisa que a tutela antecipada que pretende seja restabelecida *"se equipara a uma tutela de evidência, uma vez que a empresa já foi responsabilizada pelo acidente do trabalho e tem o dever de arcar com todas as despesas geradas pelo acidente, sendo que a referida prótese é a que mais se aproxima de um braço, em respeito ao princípio da restituição integral"*.

Requer *"a reconsideração da decisão com a revogação do efeito suspensivo concedido em caráter liminar"*.

O feito foi encaminhado à Presidência desta Corte superior, nos termos do artigo 41, XXX, do Regimento Interno do TST.

Ao exame.

Nos termos do referido artigo 41, XXX, do RITST, compete ao Presidente do Tribunal *"decidir, durante o recesso forense, as férias coletivas e os feriados, os pedidos de liminar em mandado de segurança, em tutelas provisórias de urgência e outras medidas que reclamem urgência"*.

No caso dos autos, verifica-se que, em **16/12/2022**, o Exmo. Ministro Douglas Alencar Rodrigues, Relator no âmbito da egrégia SBDI-2 para exame da tutela cautelar antecipada em questão, nos termos do artigo 311, § 1º, I, do Regimento Interno do TST, deferiu o pedido de tutela de urgência ajuizado em caráter antecedente pela empresa requerente, para conceder efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto nos autos do Mandado de Segurança n.º 0007491-50.2022.5.15.0000.

Dessa forma, constata-se que a controvérsia relativa à tutela de urgência ora questionada já foi examinada pelo juiz natural da causa.

Destaque-se que não há nos autos qualquer notícia da ocorrência de fato novo ou de controvérsia ainda não examinada pelo Exmo. Ministro Relator, a demandar a atuação extraordinária a que se refere o artigo 41, XXX, do RITST.

Nesse contexto, não se justifica a excepcional atuação da Presidência desta Corte superior, sob pena de se admitir o presente pleito como meio oblíquo de afastamento da competência originária do Relator natural para a apreciação da causa.

Ante o exposto, **deixo de examinar** o pedido de reconsideração, a ser apreciado oportunamente pelo Exmo. Ministro Relator do Recurso Ordinário, como entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

**Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no
exercício da Presidência**

**Secretaria-Geral Judiciária
Despacho**

PETIÇÃO TST-PET-588661/2022-0 [eDOC: 19036552]
Requerente: MARIA ANTONIA GANZELLA DA SILVA
Advogada: Dra. Leonora Arnoldi Martins Ferreira (173286/SP-A)

//epc/Fr./gs

D E S P A C H O

Solicita MARIA ANTONIA GANZELLA DA SILVA - ME a restituição das custas processuais, no valor de R\$ 19.026,32 (dezenove mil, vinte e seis reais e trinta e dois centavos), recolhidas equivocadamente em favor do Tribunal Superior do Trabalho, nos autos da Reclamação Trabalhista n.º 10411-23.2015.5.15.0006.

Requer, ainda, seja o valor creditado em conta de titularidade de sua advogada e representante, Dra. Leonora Arnoldi Martins Ferreira, ou alternativamente em conta que informa de titularidade da pessoa jurídica MARIA ANTONIA GANZELLA DA SILVA - ME.

A Guia de Recolhimento da União de fl. 461 do sequencial 9 comprova o recolhimento da importância de R\$ 19.026,32 (dezenove mil, vinte e seis reais e trinta e dois centavos) em favor do Tribunal Superior do Trabalho (UG - 080001).

Os registros do Sistema de Informações Judiciárias deste Tribunal indicam que, após o trânsito em julgado, os autos do referido processo baixaram ao Tribunal Regional de origem.

A Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº 2, de 22/5/2009, publicada no Diário Oficial da União em 28/5/2009, estabelece em seu artigo 11, inciso VIII, competir aos respectivos órgãos arrecadadores (UGs) "restituir ao contribuinte valores pagos a maior ou indevidamente".

Desse modo, ante o trânsito em julgado da decisão proferida pela Eg. 7ª Turma, determino o crédito da restituição na conta informada de titularidade da requerente (MARIA ANTÔNIA GANZELLA DA SILVA ME).

Após a conclusão dos procedimentos no âmbito da Diretoria-Geral da Secretaria, a Secretaria-Geral Judiciária oficiará à interessada, dando-lhe notícia acerca das medidas adotadas.

Em seguida, archive-se.

Publique-se.

Brasília, 5 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-346118/2022-8 [eDOC: 18889517]
Requerente: UNIMED VITÓRIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: Dr. Stephan Eduard Schneebeili (4097/ES-A)

(Ref. Processo ED-RO - 9100-29.2013.5.17.0000)
Embargado(a): VITÓRIA APART HOSPITAL S.A.
Advogado: Dr. Rodrigo Silva Mello(9714/ES)
Embargante: SINDICATO DOS ENFERMEIROS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIENFERMEIROS
Advogada: Dra. Levina Maria Barros Libório(10110/ES)
Embargado(a): HOSPITAL MERIDIONAL S.A. E OUTROS
Advogado: Dr. Alexandre Mariano Ferreira(160/ES-B)
Embargado(a): UNIMED VITÓRIA - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
Advogado: Dr. Stephan Eduard Schneebeili(4097/ES-A)
Embargado(a): SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDHES
Advogado: Dr. Alexandre Mariano Ferreira(160/ES-B)
Embargado(a): CENTRO MÉDICO HOSPITALAR DE VILA VELHA S.A.
Advogada: Dra. Anabela Galvão(5670/ES-A)

Fr.

D E S P A C H O

Por meio da presente Petição n.º TST-Pet-346118/2022-8, requer a Unimed Vitória - Cooperativa de Trabalho Médico, a transferência dos depósitos recursais efetuados nos autos do processo TST-ED-RO-9100-29.2013.5.17.0000.

Tal pretensão extrapola a competência funcional deste Tribunal Superior, a quem incumbe, precipuamente, a uniformização da jurisprudência trabalhista em âmbito nacional.

Nesse sentido, determino o encaminhamento da presente petição ao Tribunal Regional do Trabalho de origem - órgão competente para examinar os incidentes processuais que tenham por objeto o depósito recursal que se encontra à sua disposição (artigo 899, § 4º, da Consolidação das Leis do Trabalho).

Publique-se.

Após, archive-se.

Brasília, 5 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-691206/2022-0

Requerente: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

Processo de referência nº TST- Ag-Ag-AIRR-12431-27.2016.5.03.0057

DESPACHO

Uma vez prestadas informações ao E. STF por meio do Ofício TST.GP nº 1439/2022, remeta-se esta petição ao Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região para que a junte aos autos do Processo nº 1 431-27.2016.5.03.0057 , a fim de que adote as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-685501/2022-7

Requerente: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

Processo de referência n.º TST-Ag-ROT-200-94.2020.5.14.0000

DESPACHO

Junte-se o presente expediente aos autos do Processo TST-Ag-ROT 200-94.2020.5.14.0000.

Considerando que o Exmo. Relator da RCL 57223/RO, Ministro Luís Roberto Barroso, julgou procedente a referida reclamação, para cassar o acórdão proferido por esta Corte superior nos autos do Processo TST-Ag-ROT-200-94.2020.5.14.0000 (ação rescisória em face da decisão proferida no Processo nº 181-47.2018.5.14.0004), bem como para asse ntar a competência da

Justiça Comum para processar e julgar a ação de indenização que tramitou no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região sob o nº 181-47.2018.5.14.0004, anulando, assim, os atos decisórios proferidos por aquele Tribunal Regional no referido processo, determinando, assim, a sua remessa ao juízo competente, encaminhe-se este expediente à consideração da Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos do TST, para as providências que entender pertinentes.

Dê ciência, ainda, à parte beneficiária, Sr. Almerindo Nery Brito , do trâmite da supramencionada reclamação constitucional.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-690894/2022-0

Requerente: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF

Processo de referência n.º TST-AgR-E-ED-RR-2297-44.2012.5.02.0077

DESPACHO

Considerando que o Exmo. Relator da RCL 56459/SP, Ministro Dias Toffoli, julgou procedente a referida Reclamação, para cassar o acórdão prolatado por este Tribunal Superior, determinando, ainda, a reapreciação do recurso, com a estrita observância das decisões prolatadas na ADPF 324/DF e no RE 958.252/MG – Temas de n.ºs 383 e 725 do Quadro da Sistemática de Repercussão Geral, remeta-se esta petição à Secretaria-Geral Judiciária do TST, para que requisite os autos do processo em referência, haja vista que estes foram baixados ao TRT da 2ª Região em 12/9/2022.

Após, junte-se o presente expediente aos autos do Processo TST-AgR-E-ED-RR-2297-44.2012.5.02.0077 e encaminhe-se à consideração da Secretaria da 2ª Turma do TST, para as providências que entender pertinentes.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529662/2022-7 [eDOC: 18999920]

Requerente: ZETTA INFRAESTRUTURA E PARTICIPACOES S.A.

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

Fr.

D E S P A C H O

Zetta Infraestrutura e Participações requer a expedição de certidão de distribuição ou tramitação de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez e a Dra. Rafaela Ribeiro Piazza, subscritores do requerimento, apesar de requererem em nome da empresa, não apresentaram instrumento de mandato conferindo-lhes poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-695507/2022-6 [eDOC: 19109495]

Requerente: JFE 79 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA

mgfm/gs

D E S P A C H O

JFE 79 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Sr. Gabriel Estevão Maciel, subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-598974/2022-0 [eDOC: 19044455]

Requerente: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA.

Advogada: Dra. Nayara Alves Batista de Assunção (119894/MG)

//epc/Fr./gs

D E S P A C H O

Interpõe ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMÁTICA LTDA. , mediante a presente petição, agravo regimental, insurgindo-se contra a decisão que negou seguimento a seu recurso ordinário, nos autos do Processo TRT-RORSum-0010283-77.2022.5.03.0107.

A parte agravante, apesar de direcionar a petição de agravo regimental ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, a encaminhou incorretamente, por meio do Sistema e-DOC, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, determino o envio da aludida petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para a adoção das providências que entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529834/2022-1 [eDOC: 19000038]

Requerente: FUNERARIA CORACAO DE JESUS LTDA

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

//epc/Fr./gs

D E S P A C H O

FUNERARIA CORACAO DE JESUS LTDA. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do

Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez, subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529444/2022-4 [eDOC: 19000015]

Requerente: SHOPPING DO CIDADAO SERVICOS E INFORMATICA S.A.

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

mgfm/Fr./gs

D E S P A C H O

SHOPPING DO CIDADAO SERVICOS E INFORMATICA S.A. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (OAB/SP nº 270.217), subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-574002/2022-1 [eDOC: 19027825]

Requerente: FRAN ELETROMECHANICA LTDA

Advogada: Dra. Fabiana Diniz Alves (98771/MG)

//epc/Fr./gs

D E S P A C H O

Interpõe FRAN ELETROMECHANICA LTDA., mediante a presente petição, agravo nos autos do Processo TRT-RORSUM-0010528-53.2022.5.03.0054, insurgindo-se contra a decisão monocrática que negou seguimento ao seu recurso ordinário.

A parte agravante, apesar de direcionar a petição de agravo à Relatora no TRT da 3ª Região, a encaminhou incorretamente, por meio do Sistema e-DOC, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, determino o envio da aludida petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, para a adoção das providências que entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529785/2022-2 [eDOC: 18999985]

Requerente: M4 INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

epc/Fr./gs

D E S P A C H O

M4 INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez, subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529763/2022-6 [eDOC: 18999964]

Requerente: FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A.

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

mgfm/Fr./gs

DESPACHO

FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (OAB/SP nº 270.217), subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-595933/2022-9 [eDOC: 19042462]

Requerente: MINERACAO AURIZONA S/A

Advogado: Dr. Juselder Cordeiro da Mata (90557/MG)

Fr./gs

DESPACHO

Interpõe MINERAÇÃO AURIZONA S.A, mediante a presente petição dirigida ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, agravo de instrumento nos autos do Processo TRT-ROT-0017104-91.2018.5.16.0005, insurgindo-se contra a decisão mediante a qual se denegou seguimento ao seu recurso de revista.

A parte agravante, apesar de direcionar a petição de agravo de instrumento ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a encaminhou incorretamente, por meio do Sistema e-DOC, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, determino o envio da aludida petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, para a adoção das providências que entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-472150/2022-1 [eDOC: 18963113]

Requerente: SEZZLE BRASIL LTDA.

Advogado: Dr. Rafael dos Reis Ferreira (28345/BA-A)

Fr./gs

DESPACHO

SEZZLE BRASIL LTDA. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. RAFAEL DOS REIS FERREIRA, subscritor do pedido, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-494857/2022-2 [eDOC: 18976942]

Requerente: CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A

Advogado: Dr. Luis Fernando Elias Falleiros (309117/SP)

Fr./gs

DESPACHO

CRVR - RIOGREANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Luis Fernando Elias Falleiros e a Dra. Adriana de Lima Ricardo, subscritores do pedido, apesar de requererem em nome da empresa, não apresentaram instrumento de mandato conferindo-lhes poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-529699/2022-6 [eDOC: 18999854]

Requerente: CONCESSIONARIA PREVER ADMINISTRACAO CEMITERIAL E SERVICOS FUNERARIOS S.A.

Advogado: Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (270217/SP-A)

mgfm/Fr./gs

DESPACHO

CONCESSIONARIA PREVER ADMINISTRACAO CEMITERIAL E SERVICOS FUNERARIOS S.A. requer a expedição de certidão de distribuição de feitos no Tribunal Superior do Trabalho.

Constato, todavia, que o Dr. Gustavo Gonçalves Garcez (OAB/SP nº 270.217), subscritor do requerimento, apesar de requerer em nome da empresa, não apresentou instrumento de mandato conferindo-lhe poderes de representação.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-527891/2022-5 [eDOC: 18998816]

Requerente: FRANCISCO CHAVES DA SILVA JUNIOR

Advogado: Dr. Pedro Alexandre Barradas Silva (8702/MA)

mgfm/Fr./gs

DESPACHO

Interpõe FRANCISCO CHAVES DA SILVA JUNIOR, mediante a

presente petição, agravo de instrumento nos autos do Processo TRT-AP-0016013-75.2018.5.16.0001, insurgindo-se contra a decisão por meio da qual não se conheceu de seu agravo de instrumento.

A parte agravante, apesar de direcionar a petição do agravo de instrumento ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, a encaminhou incorretamente, por meio do Sistema e-DOC, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, determino o envio da aludida petição ao Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, para a adoção das providências que entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-644362/2022-1 [eDOC: 19074284]

Requerente: COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado: Dr. Emmerson Ornelas Forgas (143531/SP)

(Ref. Processo AIRR - 838-44.2014.5.01.0342)

Agravado(s): CARLOS ROBERTO CUNHA DE OLIVEIRA

Advogada: Dra. Áurea Martins Santos da Silva (152207/RJ)

Agravante(s): COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN

Advogado: Dr. Afonso César Boabaid Burlamaqui (15925/RJ)

mgfm/Fr./gs

DESPACHO

Interpõe a COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL - CSN, mediante a presente petição, agravo de petição nos autos do Processo TRT-0000838-44.2014.5.01.0342.

A parte requerente, apesar de endereçar a petição de agravo de petição ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda, a encaminhou incorretamente, por meio do Sistema e-DOC, ao Tribunal Superior do Trabalho.

Assim, determino o envio da aludida petição ao Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Volta Redonda, para a adoção das providências que entender de direito.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-657768/2022-1

Requerente: BANCO BRADESCO S.A.

Advogado: Dr. Gisaldo do Nascimento Pereira (8971/DF)

Advogado: Dr. Mozart Victor Russomano Neto (29340/DF)

Advogada: Dra. Paula de Paiva Santos (27275/DF)

/epc/Fr./gs

DESPACHO

Requer o BANCO BRADESCO S.A. a juntada de procurações aos autos processo nº TST-CorPar-1000515-27.2022.5.00.0000, que tramita no Sistema PJe.

Ocorre, todavia, que a presente petição foi protocolizado fisicamente nesta Corte superior, em desacordo o com o disposto no art. 4º do Ato SEGJUD.GP.32/2017, de seguinte teor:

"Art. 4º O recebimento de petição inicial ou de prosseguimento, relativamente aos processos em tramitação no Sistema PJe, somente ocorrerá no meio eletrônico próprio desse sistema, sendo vedada a utilização do e-DOC ou de qualquer outro sistema de peticionamento eletrônico".

Registre-se, ademais, que a decisão proferida no processo nº TST-CorPar-1000515-27.2022.5.00.0000 transitou em julgado em 4/11/2022, encontrando-se os autos arquivados na secretaria.

Ante o exposto, indefiro o pedido e determino o arquivamento da presente petição.

Publique-se.

Brasília, 2 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

LELIO BENTES CORRÊA

Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

PETIÇÃO TST-PET-687020/2022-8 [eDOC: 19103090]

Requerente: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV

Advogado: Dr. Montesquieu da Silva Vieira (19379/DF-A)

(Ref. Processo AIRR - 384-69.2018.5.10.0020)

Agravado(s): GIOVANNA CARVALHO LOPES

Advogado: Dr. Rodrigo Regis Marques(43868/DF-A)

Agravante(s): CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV

Advogado: Dr. Montesquieu da Silva Vieira(19379/DF-A)

Fr.

O Exmo. Ministro Maurício Godinho Delgado, Relator do Processo TST-AIRR-384-69-2018-5.10.0020 , negou provimento ao AIRR interposto pelo CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV.

Certificado o decurso do prazo sem a interposição de recurso, os autos baixaram ao Tribunal a quo .

O feito retornou a esta Corte para análise do pedido de chamamento do feito à ordem apresentado pelo Conselho Federal de Medicina .

O Exmo. Ministro Mauricio Godinho Delgado indeferiu o pedido, " porquanto a Embargante não observou o disposto no art. 5º do Ato SEGJUD.GP nº 388, de 28.08.2018, relativamente à necessidade de cadastramento prévio junto ao TST para que fosse realizada a intimação pessoal via malote digital, conforme informação de seq. 20. "

Os autos baixaram ao Tribunal de origem em 14/12/2022.

Mediante a Petição nº TST-Pet-687020/2022-8, CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA- CFMV interpõe embargos de declaração.

À consideração do Exmo. Ministro Maurício Godinho Delgado, Relator.

Brasília, 21 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei 11.419/2006)

GIOVANI NOGUEIRA SORIANO

Secretário-Geral Judiciário

Secretaria da Seção Especializada em Dissídios Coletivos Decisão Monocrática

Processo Nº RPP-1000006-62.2023.5.00.0000

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE	SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA MOEDEIRA
ADVOGADO	FABIO RODRIGUES DE SOUZA(OAB: 162342/RJ)
REQUERIDO	CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA MOEDEIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

RPP-1000006-62.2023.5.00.0000

REQUERENTE: SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDUSTRIA MOEDEIRA
REQUERIDO: CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB
GVPACV/gto/rmc

DESPACHO

Trata-se de Reclamação Pré-Processual, atual denominação do Pedido de Mediação e Conciliação Pré-Processual, mediante a qual o Sindicato Nacional dos Trabalhadores na Indústria Moedeira - SNM requer a atuação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho na atividade de mediação e conciliação, nos termos do Ato nº 168/TST.GP, de 4 de abril de 2016.

Inicialmente, determino à Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC que **proceda à notificação do requerido**, CASA DA MOEDA DO BRASIL CMB, enviando-lhe cópia da petição inicial e juntando aos autos o comprovante de expedição dessa notificação. Na sequência, esclareço às partes que serão envidados esforços por parte desta Vice-Presidência, por meio de sua Exma. Juíza Auxiliar, no sentido de iniciar e fomentar o diálogo, com a realização de reuniões de trabalho unilaterais e bilaterais.

Nesse sentido, solicito às partes que hajam com boa vontade no respectivo procedimento de mediação, indicativa da efetiva disposição na busca da solução autocompositiva, recomendando, também, que tenham ciência dos termos do Protocolo de Mediação e Conciliação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, instrumentalizado por meio do ATO GVP nº 01, de 26 de março de 2019.

O procedimento será marcado pelos princípios que regem a mediação, quais sejam: a informalidade, a imparcialidade, a autonomia de vontade das partes, a busca do consenso, a boa fé e a confidencialidade.

E, para que esta última possa ser resguardada, ficam as partes cientes desde já que, salvo com a concordância expressa da parte adversa e da Vice-Presidência, o registro de áudio e/ou vídeo ou a divulgação do conteúdo das reuniões e audiências constituem atos incompatíveis com a lealdade e boa-fé na sua participação.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Relator

Processo Nº RPP-1000004-92.2023.5.00.0000

Relator ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
REQUERENTE BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A

ADVOGADO DRIELLY ALVES DE CASTRO(OAB: 47744/GO)
ADVOGADO MARINA PIANARO ANGELO SCHLENERT(OAB: 64225/DF)
REQUERIDO FED NAC EMPREG EMP PROCES DADOS SERV DE INF SIMILARES

Intimado(s)/Citado(s):

- BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

RPP-1000004-92.2023.5.00.0000

REQUERENTE: BB TECNOLOGIA E

SERVICOS S.A

REQUERIDO: FED NAC EMPREG EMP PROCES DADOS SERV DE INF SIMILARES

GVPACV/gto/rmc

DESPACHO

Trata-se de Reclamação Pré-Processual, atual denominação do Pedido de Mediação e Conciliação Pré-Processual, mediante a qual BB Tecnologia e Serviços S.A. (BBTS) requer a atuação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho na atividade de mediação e conciliação, nos termos do Ato nº 168/TST.GP, de 4 de abril de 2016.

Inicialmente, determino à Secretaria do Tribunal Pleno, do Órgão Especial e da Seção Especializada em Dissídios Coletivos - SETPOESDC que proceda à notificação da requerida FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES - FENADADOS, enviando-lhe cópia da petição inicial e juntando aos autos o comprovante de expedição dessa notificação.

Na sequência, esclareço às partes que serão envidados esforços por parte desta Vice-Presidência, por meio de sua Exma. Juíza Auxiliar, no sentido de iniciar e fomentar o diálogo, com a realização de reuniões de trabalho unilaterais e bilaterais.

Nesse sentido, solicito às partes que hajam com boa vontade no respectivo procedimento de mediação, indicativa da efetiva disposição na busca da solução autocompositiva, recomendando, também, que tenham ciência dos termos do Protocolo de Mediação e Conciliação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho, instrumentalizado por meio do ATO GVP nº 01, de 26 de março de 2019.

O procedimento será marcado pelos princípios que regem a mediação, quais sejam: a informalidade, a imparcialidade, a autonomia de vontade das partes, a busca do consenso, a boa fé e

a confidencialidade.

E, para que esta última possa ser resguardada, ficam as partes cientes desde já que, salvo com a concordância expressa da parte adversa e da Vice-Presidência, o registro de áudio e/ou vídeo ou a divulgação do conteúdo das reuniões e audiências constituem atos incompatíveis com a lealdade e boa-fé na sua participação.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Relator

Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais
Despacho

Processo Nº ROT-0000351-29.2019.5.20.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Luiz José Dezena da Silva
Recorrente	SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE PROSPECÇÃO, PESQUISA, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS DO ESTADO DE SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO E PIAUÍ
Advogada	Dra. Priscila de Oliveira e Silva Fraga(OAB: 3444-A/SE)
Recorrido	MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Recorrido	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Autoridade Coatora	JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE MARUIM

Intimado(s)/Citado(s):

- JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO DE MARUIM
- MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE PROSPECÇÃO, PESQUISA, EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS DO ESTADO DE SERGIPE, ALAGOAS, PERNAMBUCO E PIAUÍ
- VALE S.A.

Vistos, etc...

Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prospecção, Pesquisa, Extração e Beneficiamento do Minério do Estado de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Piauí - SINDIMINA contra decisão proferida pela Vara do Trabalho de Maruim nos autos do processo matriz n.º ATOrd 0001051 -84.2010.5.20.0011, que determinou o bloqueio das contas do Sindicato. O Ato Coator é do seguinte teor:

"Tendo em vista a decisão proferida pelo Exmo. Ministro do TST Evandro Valadão e ante a Certidão Id 2cff983 e o ofício recebido da Caixa Econômica Federal Id 85bla92, venham os autos conclusos para bloqueio de créditos nas contas informadas no ofício ora citado por meio do Sistema BACEN/JUD, até o limite das quantias discriminadas naquele expediente." (fls. 21)

Em consulta realizada junto ao sistema eletrônico de acompanhamento processual do TRT da 20.ª Região, verifica-se que o último andamento do feito matriz é de 3/7/2020, nos seguintes

termos:

"Tratando-se, a presente demanda do processo n.º 0001051-84.2010.5.20.0011, e levando-se em conta que, nos autos da Ação Rescisória n.º 0000368-70.2016.5.20.0000 - que objetiva rescindir o acórdão do presente Processo, foi deferida tutela cautelar em caráter antecedente para determinar a suspensão de liberação de valor incontroverso já depositado no referido feito, DETERMINO O SOBRESTAMENTO DA PRESENTE EXECUÇÃO até o julgamento definitivo da Ação Rescisória n.º 0000368-70.2016.5.20.0011."

Assim, a fim, de prevenir a ocorrência de decisões conflitantes a serem proferidas no presente Mandado de Segurança e na Ação Rescisória n.º 368-70.2016.5.20.0000, sugiro a redistribuição dos presentes autos, por dependência, ao Exm.º Ministro Evandro Valadão, observada a publicidade e a devida compensação. Ante o exposto, remetam-se os autos à Presidência, para os devidos fins.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

LUIZ JOSÉ DEZENA DA SILVA

Ministro Relator

Processo Nº ROT-0101422-34.2021.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Alberto Bastos Balazeiro
Recorrente	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Gisaldo do Nascimento Pereira(OAB: 8971/DF)
Advogada	Dra. Paula de Paiva Santos(OAB: 27275-A/DF)
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340-A/DF)
Recorrido	MARCIA FIDELIS LINS DE ALBUQUERQUE
Advogada	Dra. Simone Faustino Torres Vieira(OAB: 224125-A/RJ)
Autoridade Coatora	JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JUIZ DA 6ª VARA DO TRABALHO DE NITERÓI
- MARCIA FIDELIS LINS DE ALBUQUERQUE

Vistos e etc.,

Na petição retro, o recorrente requer (i) a juntada de procurações e que as publicações ocorram exclusivamente no nome de GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA, OAB/DF 8.971, PAULA DE PAIVA SANTOS, OAB/DF 27.275 e MOZART VICTOR RUSSOMANO NETO, OAB/DF 29.340; (ii) "que seja aplicado o entendimento da SDI-2 ao caso em comento, por ser medida de direito."

Quanto ao pedido de item (i), DEFIRO conforme requer.

O pedido de item (ii) não pode ser acolhido por este Relator, haja vista que a decisão contra a qual se insurge foi publicada em 11/7/2022 e a petição ora examinada protocolada em 02/12/2022. Assim, ainda que aplicado o princípio da fungibilidade para analisar a petição em questão como se recurso fosse - seja embargos de declaração, seja agravo interno -, certo é que ele estaria intempestivo.

Assim, nada a deferir quanto ao pedido de item (ii).

À secretaria para as providências de praxe.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

ALBERTO BASTOS BALAZEIRO

Ministro Relator

Edital

Publicação de Intimação para contrarrazões aos

Agravos/Agravos Regimentais

Em cumprimento ao art. 1º, I, do Ato nº 202/SEGJUD, de 10 de junho de 2019, fica(m) intimado(s) o(s) Agravado(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto, no prazo legal, nos termos do art. 1.021 do CPC e 266 do RITST.

Processo Nº Ag-ROT-0000243-56.2021.5.19.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S)	EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado	DR. JOSÉ RUBEM ÂNGELO(OAB: 3303/AL)
AGRAVADO(S)	EDIVALDO DANTAS DE FARIAS
AUTORIDADE COATORA	JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACEIO

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO DANTAS DE FARIAS
- EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
- JUIZ TITULAR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE MACEIO

Processo Nº Ag-EDCiv-ROT-0000477-31.2019.5.11.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Amaury Rodrigues Pinto Junior
AGRAVANTE(S)	EDOARDO CAMPOFIORITO E OUTROS
Advogado	DR. IVO DA SILVA PAES BARRETO(OAB: 735/AM)
Advogado	DR. ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO(OAB: 735-A/AM)
Advogado	DR. BRUNO ALECRIM DE LIMA(OAB: 6440-A/AM)
Advogado	DR. IVO PAES BARRETO FILHO(OAB: 176188-A/RJ)
Advogado	DR. ANTONIO JOSE OLIVA VELOSO(OAB: 6339-A/AM)
AGRAVADO(S)	CRISTIANE LEITAO COTA E OUTRO
Advogado	DR. MOISE CAVALCANTI GOUVEA DE OLIVEIRA(OAB: 5912-A/AM)
AGRAVADO(S)	VULCAPLAST INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA LTDA.
Advogado	DR. FERNANDO LUIS SIMÕES DA SILVA(OAB: 6063-A/AM)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRISTIANE LEITAO COTA E OUTRO
- EDOARDO CAMPOFIORITO E OUTROS
- VULCAPLAST INDÚSTRIA DA AMAZÔNIA LTDA.

Processo Nº Ag-RO-0000578-77.2017.5.06.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
AGRAVANTE(S)	COMERCIAL CANAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	DR. GLAUBER GIL COELHO DE OLIVEIRA(OAB: 26230/PE)

AGRAVADO(S)	JOCELINO JOSÉ DE OLIVEIRA
Advogada	DRA. MARINEIDE PESSÔA DOS SANTOS DA CUNHA(OAB: 13187/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- COMERCIAL CANAL LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JOCELINO JOSÉ DE OLIVEIRA

Processo Nº Ag-ROT-0005370-49.2022.5.15.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
AGRAVANTE(S)	MUNICIPIO DE IGUAPE
Advogado	DR. DANIEL HONÓRIO DE OLIVEIRA CASTRO(OAB: 295069/SP)
AGRAVADO(S)	ASael COSTA JUNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- ASael COSTA JUNIOR
- MUNICIPIO DE IGUAPE

Processo Nº Ag-RO-0010049-04.2017.5.03.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
AGRAVANTE(S)	IRIS NADIA DINIZ
Advogada	DRA. MÁRCIA IZABEL VIÉGAS PEIXOTO ONOFRE(OAB: 34066- A/MG)
Advogado	DR. ABELARDO FLÔRES(OAB: 6765- A/MG)
AGRAVADO(S)	AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. (SUCESSORA DA TRIP - LINHAS AÉREAS S.A.)
Advogada	DRA. CLÁUDIA AL-ALAM ELIAS FERNANDES(OAB: 231281-B/SP)
Advogado	DR. RAFAEL MOLAN SALVADORI(OAB: 233790/SP)
Advogado	DR. FÁBIO ANDREI DE OLIVEIRA(OAB: 362827-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. (SUCESSORA DA
TRIP - LINHAS AÉREAS S.A.)
- IRIS NADIA DINIZ

Processo Nº Ag-ROT-0101541-92.2021.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S)	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Advogado	DR. OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ(OAB: 15553/DF)
Advogado	DR. PRISCILA MATHIAS DE MORAIS FICHTNER(OAB: 169760-A/SP)
Advogado	DR. EDUARDO CHALFIN(OAB: 53588 -A/RJ)
AGRAVADO(S)	VANESSA CRISTINA SOARES FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DA 40ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
- JUIZ DA 40ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
- VANESSA CRISTINA SOARES FERREIRA NUNES

Processo Nº Ag-ROT-0103294-84.2021.5.01.0000

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S)	PAULO CESAR DE OLIVEIRA GAYO

Advogado DR. JOSÉ EYMARD
LOGUÉRCIO(OAB: 1441/DF)
Advogada DRA. CRISTINA SUEMI KAWAY
STAMATO(OAB: 123502-A/RJ)
AGRAVADO(S) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado DR. ARMANDO CANALI FILHO(OAB:
68339/PR)
AUTORIDADE JUÍZA DA 25ª VARA DO TRABALHO
COATORA DO RIO DE JANEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- JUÍZA DA 25ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
- PAULO CESAR DE OLIVEIRA GAYO

Processo Nº Ag-ROT-0103901-97.2021.5.01.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Sergio Pinto Martins
AGRAVANTE(S) KEILA ANDREZA ROCHA DOS
SANTOS DA SILVA
Advogada DRA. SIMONE FAUSTINO TORRES
VIEIRA(OAB: 224125-A/RJ)
AGRAVADO(S) ITAÚ UNIBANCO S.A.
Advogada DRA. JOANA NEVES AMARAL DE
SOUZA(OAB: 39228-A/DF)
AUTORIDADE JUÍZ DA 29ª VARA DO TRABALHO
COATORA DO RIO DE JANEIRO

Intimado(s)/Citado(s):

- ITAÚ UNIBANCO S.A.
- JUÍZ DA 29ª VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO
- KEILA ANDREZA ROCHA DOS SANTOS DA SILVA

Processo Nº Ag-ROT-0103921-25.2020.5.01.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S) SBM DO BRASIL LTDA
Advogado DR. SAMIR CHARLES MATTAR(OAB:
134858-A/RJ)
AGRAVADO(S) JUAN DOUGLAS RIBEIRO
Advogado DR. JOÃO TANCREDO(OAB: 61838-
A/RJ)
AUTORIDADE JUÍZ DA 2ª VARA DO TRABALHO DE
COATORA MACAÉ

Intimado(s)/Citado(s):

- JUAN DOUGLAS RIBEIRO
- JUÍZ DA 2ª VARA DO TRABALHO DE MACAÉ
- SBM DO BRASIL LTDA

Processo Nº Ag-RO-1000640-43.2019.5.02.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S) LUIS FERNANDO RAMOS FIGUEIRA
Advogado DR. RONALDO RAYES(OAB: 114521-
A/SP)
Advogado DR. JOÃO PAULO FOGAÇA DE
ALMEIDA FAGUNDES(OAB:
154384/SP)
Advogado DR. EDUARDO VITAL CHAVES(OAB:
257874-A/SP)
AGRAVADO(S) JOSE PAULO PEREIRA DOS
SANTOS
Advogado DR. LUIZ ANTONIO BUENO(OAB:
92125/SP)
AUTORIDADE JUÍZ TITULAR DA 14ª VARA DO
COATORA TRABALHO DE SÃO PAULO

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE PAULO PEREIRA DOS SANTOS
- JUÍZ TITULAR DA 14ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO
- LUIS FERNANDO RAMOS FIGUEIRA

Processo Nº Ag-ROT-1000661-48.2021.5.02.0000

Complemento Processo Eletrônico
Relator Min. Morgana de Almeida Richa
AGRAVANTE(S) LUCIANA BOMJARDIM DA SILVA
Advogado DR. LUIZ CLÁUDIO DAS
NEVES(OAB: 199034-A/SP)
AGRAVADO(S) ULTRAFARMA SAUDE EIRELI E
OUTRO
Advogado DR. SÍLVIO OSMAR MARTINS
JUNIOR(OAB: 253479-A/SP)
Advogado DR. ADRIANA SERRANO
CAVASSANI(OAB: 196162-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCIANA BOMJARDIM DA SILVA
- ULTRAFARMA SAUDE EIRELI E OUTRO

Brasília, 13 de janeiro de 2023

SIMONE REBELLO BORGES DE BARROS

Secretária Substituta da Subseção II Especializada em Dissídios
Individuais

Secretaria da Segunda Turma

Redistribuição

**Relação dos processos redistribuídos por
sucessão pela Secretaria da 2ª Turma em**

13/01/2023.

Processo Nº Ag-AIRR-0010793-13.2016.5.18.0001

Complemento Processo Eletrônico
Relator MIN. LIANA CHAIB
AGRAVANTE(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES
FILHO(OAB: 31312/GO)
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE
REZENDE(OAB: 9362-A/GO)
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS
COSTA(OAB: 39068/GO)
AGRAVADO(S) SINDICATO DOS TRABALHADORES
NAS INDÚSTRIAS URBANAS NO
ESTADO DE GOIÁS
Advogado DR. DANILO ALVES MACEDO(OAB:
30072/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS
URBANAS NO ESTADO DE GOIÁS

Processo Nº AIRR-0010449-43.2018.5.18.0104

Complemento Processo Eletrônico
Relator MIN. SERGIO PINTO MARTINS
AGRAVANTE(S) E NEIRY SIQUEIRA DE SOUZA
AGRAVADO(S)
Advogado DR. GERALDO BORGES DA
SILVA(OAB: 14394-A/GO)
Advogado DR. DIÓGENES SIQUEIRA DE
SOUZA(OAB: 13389-A/GO)
Advogado DR. ISABELLA PEREIRA DE
SOUZA(OAB: 50960-A/GO)
AGRAVANTE(S) E CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
AGRAVADO(S)

Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES
FILHO(OAB: 31312/GO)
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE
REZENDE(OAB: 9362-A/GO)
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS
COSTA(OAB: 39068/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- NEIRY SIQUEIRA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-0010449-43.2018.5.18.0104

Complemento Processo Eletrônico
Relator MIN. LIANA CHAIB
AGRAVANTE(S) NEIRY SIQUEIRA DE SOUZA
Advogado DR. GERALDO BORGES DA
SILVA(OAB: 14394-A/GO)
Advogado DR. DIÓGENES SIQUEIRA DE
SOUZA(OAB: 13389-A/GO)
Advogado DR. ISABELLA PEREIRA DE
SOUZA(OAB: 50960-A/GO)
AGRAVADO(S) CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
Advogado DR. EDMAR ANTÔNIO ALVES
FILHO(OAB: 31312/GO)
Advogado DR. PAULO ROBERTO IVO DE
REZENDE(OAB: 9362-A/GO)
Advogado DR. FABRÍCIO DE MELO BARCELOS
COSTA(OAB: 39068/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D
- NEIRY SIQUEIRA DE SOUZA

Processo Nº Ag-AIRR-1001054-77.2020.5.02.0009

Complemento Processo Eletrônico
Relator MIN. LIANA CHAIB
AGRAVANTE(S) POWER - SEGURANÇA E
VIGILÂNCIA EIRELI
Advogado DR. ADRIANA FERNANDES
SCATOLINI(OAB: 109504-A/SP)
AGRAVADO(S) RONALDO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado DR. WALTER JOSÉ SPIREK
JUNIOR(OAB: 180635-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- POWER - SEGURANÇA E VIGILÂNCIA EIRELI
- RONALDO FERREIRA DOS SANTOS

SAULO GALANTE JUNIOR
Secretário Substituto da Segunda Turma
Brasília, 13 de janeiro de 2023

**Secretaria da Quarta Turma
Notificação**

Processo Nº AIRR-0001024-76.2019.5.17.0009

Relator IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
FILHO
AGRAVANTE RAMON GRIPPA FAGUNDES
ADVOGADO SEDNO ALEXANDRE
PELISSARI(OAB: 8573/ES)
ADVOGADO JOAO BATISTA DALLAPICCOLA
SAMPAIO(OAB: 4367/ES)
ADVOGADO ANTONIO AUGUSTO
DALLAPICCOLA SAMPAIO(OAB:
9588/ES)

ADVOGADO JOAQUIM AUGUSTO DE AZEVEDO
SAMPAIO NETTO(OAB: 9624/ES)
AGRAVADO VALE S.A.
ADVOGADO BARBARA BRAUN RIZK(OAB:
13843/ES)
ADVOGADO CARLA GUSMAN ZOUAIN(OAB:
7582/ES)
PERITO WESLEY KINACK DA PENHA
PERITO LUIZ CARLOS MEDEIROS JUNIOR

Intimado(s)/Citado(s):

- VALE S.A.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº
202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s)
intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo
interposto por RAMON GRIPPA FAGUNDES no prazo legal.
Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-0000034-42.2021.5.07.0026

Relator MARIA CRISTINA IRIGOYEN
PEDUZZI
AGRAVANTE FARIAS MAGALHAES SERVICOS E
CONSTRUCOES LTDA
ADVOGADO FRANCISCO MARCIO DA SILVA
MOREIRA(OAB: 32169/CE)
AGRAVADO MARILIA DA SILVA FERREIRA
ADVOGADO CHARLES ALTINO VIEIRA(OAB:
33550/CE)
ADVOGADO ATILA TRAJANO FERREIRA(OAB:
36722/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- MARILIA DA SILVA FERREIRA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por FARIAS MAGALHÃES SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

Processo Nº AIRR-1001865-05.2017.5.02.0086

Relator	MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI
AGRAVANTE	CONFEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO
ADVOGADO	ANDRESA CRISTINA XAVIER ATANASIO(OAB: 208196/SP)
AGRAVANTE	FEDERACAO NAC TRAB NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO PESADA
ADVOGADO	ANDRESA CRISTINA XAVIER ATANASIO(OAB: 208196/SP)
AGRAVANTE	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SAO PAULO
ADVOGADO	ANDRESA CRISTINA XAVIER ATANASIO(OAB: 208196/SP)
AGRAVADO	CONSORCIO TIDP LINHA 17-OURO
ADVOGADO	JAMES AUGUSTO SIQUEIRA(OAB: 18065/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONSORCIO TIDP LINHA 17-OURO

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

ACDADC

ATO ORDINATÓRIO

No uso da atribuição conferida pelo art. 1º, I, do Ato SEGJUD.GP nº 202, de 10 de junho de 2019, fica(m) a(s) parte(s) agravada(s) intimada(s) para, querendo, manifestar(em)-se sobre o agravo interposto por SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO, FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO PESADA e CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO, no

prazo legal.

Publique-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2023.

ALINE TACIRA DE ARAUJO CHERULLI EDREIRA

SECRETÁRIA

**Secretaria da Sexta Turma
Despacho**

Processo Nº ARR-0000497-14.2015.5.02.0032

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	CLEBER AUGUSTO COSTA DE ARAUJO
Advogado	Leandro Meloni(OAB: 30746-D/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
Advogado	Francisco Scattaregi Júnior(OAB: 93861-A/SP)
Advogado	Anderson Nunes Cardoso(OAB: 208194/SP)
Advogado	Claudio Maia Costa Ferreira(OAB: 25841-A/BA)
Agravado(s) e Recorrido(s)	ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
Advogado	Lycurgo Leite Neto(OAB: 1530-A/DF)
Advogado	Horácio Perdiz Pinheiro Neto(OAB: 157407/SP)
Advogada	Tattiany Martins Oliveira(OAB: 300178-A/SP)
Advogada	Karla Regina dos Santos Ribeiro(OAB: 230364/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLEBER AUGUSTO COSTA DE ARAUJO
- CONECTA EMPREENDIMENTOS LTDA.
- ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. CLAUDIO MAIA COSTA FERREIRA OAB/BA 25.841, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0010669-85.2017.5.15.0063

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929-D/RJ)
Agravado(s)	FERNANDO APARECIDO DE CARVALHO
Advogado	Edir Francisco Soares(OAB: 105003-A/SP)
Advogado	Daniel Omar Claudel(OAB: 407545-A/SP)
Agravado(s)	CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
Advogado	João Batista Santana(OAB: 85022-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONEL CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA.
- FERNANDO APARECIDO DE CARVALHO
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. EDIR FRANCISCO SOARES, OAB/SP 105.003, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001413-96.2012.5.01.0059

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	AUTO VIACAO 1001 LTDA
Advogado	Fabio Nunes da Costa(OAB: 140412-A/RJ)
Agravado(s)	DJALMA DIAS RIBEIRO
Advogado	Renato Eccard(OAB: 59761-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- AUTO VIACAO 1001 LTDA
- DJALMA DIAS RIBEIRO

A reclamada, amparada pelo art. 899, § 11, da Consolidação das Leis do Trabalho, pede a substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial.

Acerca do regramento pertinente ao pedido de substituição

dos depósitos recursais, importante destacar que o CNJ, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, declarou a nulidade dos arts. 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, que tinham a seguinte redação:

"Art. 7º. O seguro garantia judicial para execução trabalhista somente será aceito se sua apresentação ocorrer antes do depósito ou da efetivação da constrição em dinheiro, decorrente de penhora, arresto ou outra medida judicial.

Parágrafo único. Excetuando-se o depósito e a efetivação da constrição em dinheiro decorrente de penhora, arresto ou outra medida judicial, será permitida a substituição, por seguro garantia judicial, de bem penhorado até sua expropriação, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto e haja anuência do credor (§ 2º do art. 835 do CPC);

Art. 8º Após realizado o depósito recursal, não será admitido o uso de seguro garantia para sua substituição."

Após a decisão do CNJ, foi editado o Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, para conferir nova redação aos artigos 7º e 8º:

"Art. 7º O executado que não pagar a importância reclamada poderá garantir a execução trabalhista mediante apresentação de seguro garantia judicial (art. 882 da CLT, com redação dada pela Lei nº 13.467/2017).

Parágrafo único. Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que atendidos os requisitos deste Ato Conjunto (art. 835, § 2º, do CPC).

Art. 8º O depósito recursal poderá ser substituído por fiança bancária ou seguro garantia judicial (art. 899, § 11, da CLT, incluído pela Lei nº 13.467/2017), observados os requisitos deste Ato Conjunto.

Parágrafo único. O requerimento de substituição do depósito recursal por seguro garantia judicial será dirigido ao Juiz ou Relator, competente para decidir o pedido na fase em que se encontrar o processo, na origem ou em instância recursal."

Assim, o art. 899, § 11, da Consolidação das Leis do Trabalho deve ser interpretado e aplicado considerando a redação atual dos artigos 7º e 8º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019.

Passo à análise.

Os artigos 3º, 4º e 5º do Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, trouxeram alguns balizamentos na aferição da apólice:

"Art. 3º A aceitação do seguro garantia judicial de que trata o art. 1º, prestado por seguradora idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação aplicável, fica

condicionada à observância dos seguintes requisitos, que deverão estar expressos nas cláusulas da respectiva apólice:

- I - no seguro garantia judicial para execução trabalhista, o valor segurado deverá ser igual ao montante original do débito executado com os encargos e os acréscimos legais, inclusive honorários advocatícios, assistenciais e periciais, devidamente atualizado pelos índices legais aplicáveis aos débitos trabalhistas na data da realização do depósito, acrescido de, no mínimo, 30% (Orientação Jurisprudencial 59 da SBDI-II do TST);
- II - no seguro garantia para substituição de depósito recursal, o valor segurado inicial deverá ser igual ao montante da condenação, acrescido de, no mínimo 30%, observados os limites estabelecidos pela Lei 8.177 e pela Instrução Normativa 3 do TST;
- III - previsão de atualização da indenização pelos índices legais aplicáveis aos débitos trabalhistas;
- IV - manutenção da vigência do seguro, mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas, com base no art. 11, §1º, da Circular 477 da SUSEP e em renúncia aos termos do art. 763 do Código Civil e do art. 12 do DecretoLei 73, de 21 de novembro de 1966;
- V - referência ao número do processo judicial;
- VI - o valor do prêmio;
- VII - vigência da apólice de, no mínimo, 3 (três) anos; VIII - estabelecimento das situações caracterizadoras da ocorrência de sinistro nos termos do art. 9º deste Ato Conjunto;
- IX - endereço atualizado da seguradora;
- X - cláusula de renovação automática.

§ 1º Além dos requisitos estabelecidos neste artigo, o contrato de seguro garantia não poderá conter cláusula de desobrigação decorrente de atos de responsabilidade exclusiva do tomador, da seguradora ou de ambos, tampouco cláusula que permita sua rescisão, ainda que de forma bilateral;

§ 2º No caso de seguro garantia judicial para substituição de depósito recursal, o recorrente deverá observar as diretrizes previstas no item II da Instrução Normativa 3 do TST, no que diz respeito à complementação em caso de recursos sucessivos, quando não atingido o montante da condenação, ou em casos de sua majoração.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, a complementação de depósito em espécie poderá ser feita mediante seguro garantia.

Art. 4º As apólices apresentadas permanecerão válidas independentemente do pedido de renovação da empresa tomadora, enquanto houver o risco e/ou não for substituída por outra garantia aceita pelo juízo.

Parágrafo único. As hipóteses de não renovação da apólice são exclusivamente aquelas descritas nos itens 4.1.1 e 4.2 do

Anexo VI da Circular SUSEP 477.

Art. 5º Por ocasião do oferecimento da garantia, o tomador deverá apresentar a seguinte documentação:

- I - apólice do seguro garantia;
- II - comprovação de registro da apólice na SUSEP;
- III - certidão de regularidade da sociedade seguradora perante a SUSEP.

§ 1º A idoneidade a que alude o caput do art. 3º será presumida mediante a apresentação da certidão da SUSEP referida no inc. III deste artigo que ateste a regularidade da empresa seguradora.

§ 2º Ao receber a apólice, deverá o juízo conferir a sua validade mediante cotejo com o registro constante do sítio eletrônico da SUSEP no endereço
<https://www2.susep.gov.br/safe/menumercado/regapolices/pesquisa.asp>.

§ 3º Considerar-se-á garantido o juízo somente quando o valor da apólice satisfizer os requisitos previstos no art. 3º, incs. I e II, deste Ato Conjunto, conforme o caso.

§ 4º O prazo para apresentação da apólice é o mesmo da prática do ato processual que ela visa garantir."

O cumprimento de todos os requisitos é indispensável, sob pena de não se viabilizar a liberação do valor depositado.

Ocorre que a análise da idoneidade da apólice demanda a verificação de aspectos que não se relacionam, em rigor, com a tramitação de peças postulatorias e recursais inerentes à fase de cognição, relacionando-se estritamente com a segurança do juízo expropriatório.

Ilustrativamente, escapam à análise desta instância, nos casos em que um primeiro juízo de admissibilidade não se antecipou na instância ordinária, as questões ligadas ao prazo de validade da apólice em combinação com o trânsito do recurso cujo preparo a apólice viabilizou – recurso que pode ter seu trânsito frustrado ou pode transitar por tempo superior ao da apólice, em ambas as hipóteses cabendo medidas judiciais que não se compatibilizam com os limites da cognição deste juízo recursal. Tais questões geram, enfim, reflexos em diligências a serem virtualmente encetadas pelo juiz de primeira instância, incluído o pagamento do seguro-garantia a tempo e modo de cumprir a sua finalidade. Nos fundamentos do voto-líder, no julgamento do processo 9820-09.2019.2.00.0000, o CNJ ressaltou, coerentemente, a autonomia jurisdicional do juízo da execução para, incidenter tantum, solucionar tais questões, com base certamente em aspectos do contrato securitário que fogem à percepção deste juízo recursal extraordinário.

O depósito recursal conjuga as funções de preparo e garantia

do juízo, tendo a execução e a penhora princípios e normas próprios que devem ser observados caso a caso. Na aferição da penhora, o juízo não pode deixar de observar também o interesse do credor, previsto no art. 797 do Código de Processo Civil; a ausência de prejuízo ao exequente na substituição do bem, conforme art. 829, § 2º, do Código de Processo Civil; a demonstração pelo executado de que a substituição não causa prejuízo ao exequente e de que gera menos onerosidade, como estatui o art. 847, caput, do Código de Processo Civil.

Além dessas ponderações, o deferimento da substituição demanda análise do valor devido, sendo necessário para tanto eventualmente decidir sobre índices de correção monetária e juros para aferir o valor total e também calcular o acréscimo de 30% previsto no art. 835, § 2º, do Código de Processo Civil.

Essas questões podem exigir análise de tal complexidade que demande aparato contábil inexistente nesta instância extraordinária por fugir de sua vocação institucional de uniformização da jurisprudência.

Ademais, as apólices devem conter requisitos compatíveis com a virtual necessidade de disponibilidade imediata do valor devido ao reclamante, com os prazos exigidos do magistrado, além de imposição de exaurimento da instância recursal, cláusula impeditiva quando não conhecido recurso da assegurada. Há, ainda, a vigência da apólice que pode não corresponder ao tempo de tramitação do processo, o que faz perder sua efetividade e finalidade. São questões de índole contratual e processual que sobejam a análise do recurso de caráter extraordinário sob exame e reclamam análise pormenorizada do juízo da execução.

A análise deve ser tópica, minudente, a depender das circunstâncias do caso concreto, e não um mero consectário lógico de postulação abstratamente deduzida, com efeito prospectivo acerca dos efeitos de apólice que sequer se realizou, ou se conhece.

Em sintonia com essas razões, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, ao decidir sobre pedido de substituição de depósito por apólice de seguro no ARE 1.239.911 TPI/SP, observou que "a substituição pretendida pelo Banco Volkswagen não se opera de maneira fungível. Desse modo, faz-se necessário o sopesamento das consequências da modificação pretendida". Levou em consideração, ainda, juízo de probabilidade do direito reclamado para enfim indeferir o pedido formulado.

Traz-se à colação os precedentes do e. STJ que, a propósito dessa finalidade de o seguro-garantia prevenir a segurança do juízo da execução, recomendam não se autorize a substituição do depósito em dinheiro pela apólice de seguro quando ausente a comprovação de prejuízo para o réu ou devedor. É que descabe

presumir que a natureza menos onerosa do prêmio de seguro se confundiria com algum suposto prejuízo que o depósito em dinheiro estaria causando à atividade empresarial:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA AGRAVANTE.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, admite-se a substituição da penhora de dinheiro por seguro-garantia apenas em hipóteses excepcionais, em que seja necessário evitar dano grave ao devedor, sem causar prejuízo ao exequente.
2. O acolhimento da pretensão recursal, quanto à onerosidade da execução e presença dos requisitos necessários ao deferimento do seguro-garantia, demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada Súmula 7 do STJ.
3. Agravo interno desprovido."

(AgInt no AREsp 1460935/ES, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 04/05/2020, DJe 07/05/2020)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. CONCLUSÃO ESTADUAL NO SENTIDO DO DESCABIMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DA PENHORA POR SEGURO-GARANTIA JUDICIAL. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, admite-se a substituição da penhora de dinheiro por seguro-garantia apenas em hipóteses excepcionais, em que seja necessário evitar dano grave ao devedor, sem causar prejuízo ao exequente, situação não demonstrada no caso dos autos.
2. A revisão da conclusão alcançada na origem para acolher a pretensão recursal quanto à onerosidade da execução e presença dos requisitos necessários ao deferimento do seguro-garantia demandaria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, providência vedada Súmula 7 do STJ.
3. Agravo interno improvido."

(AgInt no AREsp 1086974/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019)

Em atenção ao comando legal que prevê a possibilidade de substituição do depósito recursal, também com respaldo no Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 16 de outubro de 2019, com as alterações promovidas pelo Ato Conjunto TST.CSJT.CGJT Nº 1, de 29 de maio de 2020, determino o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, das decisões, das guias e

comprovantes do depósito recursal e dos cálculos correspondentes de liquidação, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, podendo ser aberto autos suplementares (na classe disponível no PJE que entender compatível) ou utilizado qualquer outro meio que entender adequado, bem como mediante o uso dos sistemas SIF2 e PEC e outras soluções que compreenda pertinente, e caso julgue necessário, facultar às partes a anexação de outras peças dos autos principais que entender relevantes.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012099-44.2015.5.15.0095

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Maria Rita Ranzani(OAB: 79805-A/SP)
Agravado(s)	MAURO EDUARDO MEDEIROS BATISTA
Advogada	Ana Paula Munhoz(OAB: 311810-D/SP)
Agravado(s)	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.
Advogado	Fábio Rivelli(OAB: 297608/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- CARVAJAL INFORMAÇÃO LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.
- MAURO EDUARDO MEDEIROS BATISTA

Juntem-se 591188/2022-0 e 652287/2022-8.

Anote-se o nome da advogada Dra. ANA PAULA MUNHOZ OAB/SP 311.81, patrono do Agravado.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-1000892-29.2017.5.02.0481

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
Procurador	Magali Ventili Marques

Agravante(s) e Agravado(s)	JEANE HELENO DOS SANTOS
----------------------------	-------------------------

Advogado	Maurício Baltazar de Lima(OAB: 135436-A/SP)
----------	---

Agravado(s)	AMIGOS EM DEFESA DO CATIAPOA
-------------	------------------------------

Agravado(s)	ASSOCIACAO SONHAR E PRECISO
-------------	-----------------------------

Agravado(s)	NICOLINO BOZZELLA JÚNIOR
-------------	--------------------------

Intimado(s)/Citado(s):

- AMIGOS EM DEFESA DO CATIAPOA
- ASSOCIACAO SONHAR E PRECISO
- JEANE HELENO DOS SANTOS
- MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
- NICOLINO BOZZELLA JÚNIOR

Juntem-se as petições nºs 670663/2022-8 e 670585/2022-9.

Autue-se o Agravado.

Após, prossiga-se o feito o seu trâmite normal.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010733-51.2018.5.03.0142

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	VIA S.A.
Advogada	Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel(OAB: 64029/MG)
Advogado	Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274/MG)
Agravado(s)	IRACI DA SILVA FILHO
Advogado	Renato Luiz Alves Léo(OAB: 59419-A/MG)
Agravado(s)	FABIO FERREIRA DOS SANTOS
Advogado	Renato Luiz Alves Léo(OAB: 59419-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- FABIO FERREIRA DOS SANTOS
- IRACI DA SILVA FILHO
- VIA S.A.

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB/MG 93.274 - A, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0012562-83.2016.5.03.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	VIA S.A
Advogada	Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel(OAB: 64029/MG)
Advogado	Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274/MG)
Agravante(s) e Agravado(s)	ADILSON COELHO LEAL
Advogado	Renato Luiz Alves Léo(OAB: 59419-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADILSON COELHO LEAL
- VIA S.A

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB/MG 93.274 - A, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0000471-24.2018.5.06.0412

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrido(s)	NORSA REFRIGERANTES LTDA.
Advogado	Antônio Henrique Neuenschwander(OAB: 11839/PE)
Advogado	Rodrigo Oliveira do Vale(OAB: 25922-A/PE)
Advogado	Maria Cecília Cavalcanti Pinheiro Ramos(OAB: 52334-A/PE)
Agravado(s) e Recorrente(s)	JOSE ANTONIO DE BRITO FILHO
Advogado	Samuel de Jesus Barbosa(OAB: 25851/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE ANTONIO DE BRITO FILHO
- NORSA REFRIGERANTES LTDA.

Em face da ausência de poderes da advogada peticionante, Dra. MARIA CECILIA CAVALCANTI PINHEIRO RAMOS, OAB/PE 52.334, intime-se a peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0010488-35.2016.5.15.0026

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO
Advogado	Marcelo Bragato(OAB: 115536-A/SP)
Advogado	Cristiano Carlos Kusek(OAB: 212366-A/SP)
Advogado	Bruno José Canton Barbosa(OAB: 254247-A/SP)
Advogado	Rafael Rodrigues de Oliveira(OAB: 295178-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	JOSE BATISTA DE LIMA NETO
Advogada	Francielle Bianca Scola(OAB: 307283-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSE BATISTA DE LIMA NETO
- MARCOS FERNANDO GARMS E OUTRO

Junte-se.

Em face da desistência do Recurso, baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000511-83.2017.5.09.0015

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado Rafael Missio dos Santos(OAB: 61749-A/RS)
Advogada Gislene Mariele Negrissoli(OAB: 37539-A/PR)
Agravado(s) ENZZIO DE SOUZA RUPEL
Advogado Lidiomar Rodrigues de Freitas(OAB: 36536-S/PR)
Advogado Celso Ferrareze(OAB: 37514/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- ENZZIO DE SOUZA RUPEL

Junte-se.

O reclamante desiste do pedido de integração do auxílio-alimentação, com base no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, em razão de haver ação coletiva com o mesmo pedido. Nos termos do § 5º do art. 485 do Código de Processo Civil, a desistência só pode ser apresentada até a sentença. Indefiro. Intime-se o reclamante para que informe se pretende o reconhecimento da ausência de interesse superveniente e consequente extinção do processo em relação ao pedido, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Brasília, 4 de maio de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0012216-76.2018.5.15.0015

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s) TERRAS DE AVENTURA INDÚSTRIA DE ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.
Advogado Michel Olivier Giraudeau(OAB: 112500-A/SP)
Advogado Marcelo Ricardo Grunwald(OAB: 111101-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) GEOVANE AMBROSIO RASTEIRO
Advogada Melissa de Castro Vilela Carvalho da Silveira(OAB: 259231-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) CALCADOS PINA LTDA
Advogada Cláudia Camillo de Pinna(OAB: 188436-D/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) MR SILVER COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA
Advogado Guilherme Ribeiro Machado(OAB: 202207-A/RJ)
Agravado(s) e Recorrido(s) AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
Advogada Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- AREZZO INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.
- CALCADOS PINA LTDA
- GEOVANE AMBROSIO RASTEIRO
- MR SILVER COMERCIO DE CALCADOS E ACESSORIOS LTDA
- TERRAS DE AVENTURA INDÚSTRIA DE ARTIGOS ESPORTIVOS S.A.

Junte-se.

Tendo em vista o transcurso do prazo para interposição de recurso sem qualquer manifestação das partes, **certifique-se o trânsito em julgado** e baixem os autos para regular prosseguimento do feito. A petição deverá ser analisada pela Vara da execução.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-1001696-76.2018.5.02.0023

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s) STENIO LAURENTINO DA SILVA
Advogado Rodrigo Petenoni Gurgel do Amaral(OAB: 235678/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s) VIA S.A.
Advogada Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Advogado Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 228213-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- STENIO LAURENTINO DA SILVA
- VIA S.A.

Juntem-se as petições 567047/2022 e 681758/2022.

Diante da solicitação do TRT 2ª Região, baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000496-60.2019.5.09.0657

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) F.M.F INSTALACOES E MONTAGENS LTDA - EPP
Advogado Evandro Luís Pezoti(OAB: 25741/PR)
Agravado(s) EDUARDO MENDES LOPES
Advogado Benelson Scremin Rodrigues(OAB: 77842/PR)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDUARDO MENDES LOPES
- F.M.F INSTALACOES E MONTAGENS LTDA - EPP

Junte-se.

O reclamante requer seja iniciada a execução execução provisória.

Ante a carência de competência desta instância para iniciar a execução, o reclamante deve requerer a execução provisória em autos suplementares. Indefiro.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0049900-93.2007.5.02.0302

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ALEXANDRE DA SILVA PENHA
Advogado Flávia Guedes Cacko(OAB: 155703-A/SP)
Agravado(s) ANA PAULA TUMA ZACHARIAS
Advogado Humberto Fernandes Leite(OAB: 162289-A/SP)
Agravado(s) REDE ZACHARIAS DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogado Humberto Fernandes Leite(OAB: 162289-A/SP)
Advogado Roberto Rached Jorge(OAB: 208520-D/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALEXANDRE DA SILVA PENHA
- ANA PAULA TUMA ZACHARIAS
- REDE ZACHARIAS DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Junte-se.

ROBERTO EIJI KOHIGASHI pede o cancelamento de restrições, com baixa nos sistema Renajud e expedição de ofício ao

Detran-SP.

Determino o encaminhamento, via malote digital, ao juízo da execução, deste despach, da petição e documentos colacionados, a fim de que examine o pedido, como entender de direito, podendo ser aberto autos suplementares (na classe disponível no PJE que entender compatível) ou utilizado qualquer outro meio que entender adequado, bem como mediante o uso dos sistemas SIF2 e PEC e outras soluções que compreenda pertinente, e caso julgue necessário, facultar às partes a anexação de outras peças dos autos principais que entender relevantes.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010804-61.2018.5.03.0107

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SERGIO DOS SANTOS RAMOS
Advogado Aislan Eugênio Caldeira dos Santos(OAB: 91343-A/MG)
Advogado André Drummond Renault(OAB: 112691-A/MG)
Agravado(s) GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAGENS S.A.
Advogado Vanessa Caixeta Alves Toffalini(OAB: 67215-A/MG)
Advogado Cristiano Augusto Teixeira Carneiro(OAB: 59728-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- GEOSOL - GEOLOGIA E SONDAGENS S.A.
- SERGIO DOS SANTOS RAMOS

Assiste razão ao Autor, razão pela qual torno sem efeito a decisão de seq. 06.

Nos termos do art. 111, § 1º, do RITST, verifico a prevenção do Exmo. Sr. Ministro Augusto César Leite de Carvalho, relator do processo de conhecimento, para analisar o presente processo (fase de execução).

Assim, determino o envio dos autos à Secretaria-Geral

Judiciária para as providências de praxe.

Publique-se.

Brasília, 11 de março de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

CLÁUDIO BRANDÃO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000086-64.2019.5.02.0435

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) HELCIO FRANCISCO NEVES
Advogada Ana Paula Munhoz(OAB: 311810-A/SP)
Agravado(s) CLARO S.A.
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada Renata Pereira Zanardi(OAB: 33819-A/RS)
Agravado(s) PLESSEY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- HELCIO FRANCISCO NEVES
- PLESSEY SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Junte-se.

O reclamante concorda com a realização de audiência de conciliação.

Determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 30 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo. Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1002275-30.2016.5.02.0464

Complemento Processo Eletrônico
Agravado(s) JOAO BOSCO JUVENCIO
Advogado Roberto de Camargo Junior(OAB: 148473-A/SP)
Agravante(s) VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.
Advogado Sidney Azevedo de Castro(OAB: 216684-A/SP)
Advogado César Luiz Pasold Júnior(OAB: 18088-A/SC)
Advogada Ana Carolina Remigio de Oliveira(OAB: 86844-A/MG)
Advogado Lucio Sergio de Las Casas Junior(OAB: 108176-A/MG)
Advogada Laryssa Cristine da Silva Souza Parras(OAB: 389244-A/SP)

Advogado

Gustavo Oliveira Galvão(OAB: 384050-S/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOAO BOSCO JUVENCIO
- VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA.

Juntem-se as petições 559599/2022 e 676309/2022.

Diante da solicitação do TRT 2ª Região, baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010207-32.2018.5.15.0019

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) C & F EMPREENDIMENTOS ELETRICOS TELEFONICOS E SERVICOS LTDA
Advogado Igor Billalba Carvalho(OAB: 247190-A/SP)
Agravado(s) LUIS FERNANDO DOS SANTOS
Advogado Heloísa Luvisari Furtado(OAB: 346976-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- C & F EMPREENDIMENTOS ELETRICOS TELEFONICOS E SERVICOS LTDA
- LUIS FERNANDO DOS SANTOS

Junte-se.

Prossiga-se o feito. Os argumentos relativos ao mérito recursal serão analisados oportunamente.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000735-37.2019.5.07.0005

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ARNALDO FRANCISCO DE BRITO
Advogado Eduardo Meneleu Gonçalves Moreno(OAB: 23833-A/CE)

Advogado Cintia de Almeida Parente(OAB: 24026-A/CE)
Agravado(s) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado Gisaldo do Nascimento Pereira(OAB: 8971/DF)
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogada Paula de Paiva Santos(OAB: 27275-A/DF)
Advogado Francisco Sampaio de Menezes Junior(OAB: 9075-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- ARNALDO FRANCISCO DE BRITO
- BANCO BRADESCO S.A.

Em atenção ao pedido formulado na petição 460680/2022-2, determino à Secretaria da 6ª Turma a reautuação do feito para que, doravante, as publicações referentes ao reclamado Bradesco S/A sejam realizadas em nome dos advogados Drs. Gisaldo do Nascimento Pereira, OAB/DF 8.971, Paula de Paiva Santos, OAB/DF 27.275 e Mozart Victor Russomano Neto, OAB/DF 29.340. As questões de mérito serão apreciadas em momento oportuno.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0101077-11.2018.5.01.0053

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) HORTIGIL HORTIFRUTI S.A.
Advogado Flávia de Almeida Bastos(OAB: 135177-A/RJ)
Advogado Bruno de Medeiros Lopes Tocantins(OAB: 92718-A/RJ)
Agravado(s) ESPÓLIO de ANTONIO JOSE DE ARAUJO CHAVES
Advogada Maria da Penha Kroff Vega(OAB: 30946-A/RJ)
Advogada Mylene Kroff Vega Vianna(OAB: 96517-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ESPÓLIO de ANTONIO JOSE DE ARAUJO CHAVES
- HORTIGIL HORTIFRUTI S.A.

Juntem-se as petições nºs 619376/2022-0, 656152/2022-6, 657903/2022-7 e 669197/2022-9.

Em atendimento à solicitação, determino a remessa dos autos ao

Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 90 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo certificado nos autos. Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000755-88.2017.5.02.0047

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s) ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.
Advogado Felipe Navega Medeiros(OAB: 217017-A/SP)
Agravante(s) e Agravado(s) BRADESCO CAPITALIZACAO S/A
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado Cleber Pinheiro(OAB: 94092-A/SP)
Agravado(s) MONICA SOUZA ALEVATO ALVIM
Advogado Hugo Mandotti de Oliveira(OAB: 267456-A/SP)
Advogado Edison Gonçalves Torres(OAB: 242569-D/SP)
Agravado(s) WORK TELEMARKETING SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- BRADESCO CAPITALIZACAO S/A
- MONICA SOUZA ALEVATO ALVIM
- WORK TELEMARKETING SERVIÇOS LTDA.
- ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S.A.

Juntem-se as petições 641513/2022-4 e 641562/2022-3.

Ante a ausência de aquiescência da reclamante, indefiro o pedido de designação de audiência de conciliação formulado na petição 609515/2022-3.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000863-36.2020.5.10.0006

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado Ivan Kaminski do Nascimento(OAB: 35445-A/DF)
Advogada Cinthia Moura Lanna(OAB: 52221-A/DF)
Advogado Gianfranco Boscatto(OAB: 36931-A/SC)
Advogado Carlos Eduardo de Campos(OAB: 267325-A/SP)
Agravado(s) MONICA TEIXEIRA DUTRA
Advogado Wellington Mendonça dos Santos(OAB: 5491-A/DF)
Advogado Lucas de Sousa Melo Santos(OAB: 44068-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MONICA TEIXEIRA DUTRA

Junte-se o documento acostado com a petição número 579623/2022-9.

De acordo com o disposto no art. 1.048, I, do Código de Processo Civil e no art. 9º, VII, da Lei 13.146/2015, dê-se a preferência.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0024371-20.2020.5.24.0071

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Procuradora Arlethe Maria de Souza
Agravado(s) JULIANA DE SOUZA PEREIRA
Advogada Rosangela Pinheiro(OAB: 14890-A/MS)
Agravado(s) MARCIA REGINA PEREIRA RODRIGUES
Agravado(s) VYGA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E ASSEIO EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
- JULIANA DE SOUZA PEREIRA
- MARCIA REGINA PEREIRA RODRIGUES
- VYGA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E ASSEIO EIRELI

Junte-se.

Ante a renúncia ao prazo recursal, baixem os autos.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0021161-66.2018.5.04.0271

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA.
Advogado Sílvia Montenegro Machado(OAB: 60450-A/RS)
Advogado Christopher Falcao(OAB: 54205-A/RS)
Agravado(s) IZAQUE LIRIO
Advogado Jéferson Rodrigues da Silva(OAB: 77832-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA.
- IZAQUE LIRIO

Esclareça REDE MAXXI ECONÔMICA DROGARIA LTDA. e seu advogado peticionante, Dr. CHRISTOPHER FALCÃO, OAB/RS 54.205, em 05 (cinco) dias, a que título vem aos autos pela petição nº 669678/2022-0, visto que os documentos acostados não comprovam a alteração da razão social da empresa DMTOP COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E COSMÉTICOS LTDA.

Comprovada a alteração e regularizada a representação, junte-se, anote-se e reatue-se.

No silêncio, desconsidere-se a petição.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001539-04.2011.5.04.0511

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) BOM SUCESSO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - ME
Advogado Gabriel Bernardi Turani(OAB: 84716-A/RS)

Agravado(s) FERNANDA EITELVEN GEHLEN E OUTRA
Advogado Silvana Maria Bortolini(OAB: 59537/RS)
Agravado(s) IGOR PIZZATO CERCATO
Advogado Alcindo Gabrielli(OAB: 23175-A/RS)
Agravado(s) JULIANA PERINAZZO E OUTRO
Advogada Kátia Michele Schulz(OAB: 70099-A/RS)
Agravado(s) OSMAR DO NASCIMENTO
Advogado Vinicius Augusto Cainelli(OAB: 40715-A/RS)
Agravado(s) JOSSIMAR FERRARI GRAPIGLIA E OUTRO
Advogada Janete Clair Mezzomo Zonatto(OAB: 37999-A/RS)
Agravado(s) MARLENE EITELVEN GEHLEN
Agravado(s) AST INDUSTRIA DE MAQUINAS E COMPONENTES EIRELI
Agravado(s) BS VAIX SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS EIRELI

Intimado(s)/Citado(s):

- AST INDUSTRIA DE MAQUINAS E COMPONENTES EIRELI
- BOM SUCESSO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI - ME
- BS VAIX SERVICOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS EIRELI
- FERNANDA EITELVEN GEHLEN E OUTRA
- IGOR PIZZATO CERCATO
- JOSSIMAR FERRARI GRAPIGLIA E OUTRO
- JULIANA PERINAZZO E OUTRO
- MARLENE EITELVEN GEHLEN
- OSMAR DO NASCIMENTO

Junte-se a petição 686767/2022.

Intime-se a reclamada BOM SUCESSO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI – ME para que se manifeste, no prazo de 5 dias, sobre o interesse na baixa dos autos com o fim de realizar audiência. O silêncio implicará o indeferimento dos pedidos formulados pela peticionante.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011212-28.2019.5.15.0028

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado Renato Chagas Correa da Silva(OAB: 8768-A/RO)

Agravado(s) APARECIDO DONIZETE DOMINGUES
Advogado Gislaíne Andreia Cerantes(OAB: 215456-A/SP)
Advogado Emmanoel Francisquini Caires da Costa(OAB: 366852-A/SP)
Advogado Gabriel Vitor Domingues(OAB: 440372-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- APARECIDO DONIZETE DOMINGUES
- ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Junte-se.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011212-28.2019.5.15.0028

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Advogado Renato Chagas Correa da Silva(OAB: 8768-A/RO)
Agravado(s) APARECIDO DONIZETE DOMINGUES
Advogado Gislaíne Andreia Cerantes(OAB: 215456-A/SP)
Advogado Emmanoel Francisquini Caires da Costa(OAB: 366852-A/SP)
Advogado Gabriel Vitor Domingues(OAB: 440372-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- APARECIDO DONIZETE DOMINGUES
- ENERGISA SUL-SUDESTE - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Junte-se a petição número 673381/2022-2.

Dê-se ciência da petição número 673381/2022-2 à parte

Reclamante.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010902-43.2021.5.15.0063

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado Hélio Siqueira Júnior(OAB: 62929/RJ)
Advogado Leonardo Falcão Ribeiro(OAB: 5408-A/RO)
Agravado(s) EDER MEIRELES DE CARVALHO
Advogado Daniel Farias Alves Morato(OAB: 461380-A/SP)
Agravado(s) G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- EDER MEIRELES DE CARVALHO
- G&E MANUTENÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Em face da ausência de poderes do advogado, LEONARDO FALCÃO RIBEIRO OAB/RO 5.408, pela parte PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS intime-se para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000323-52.2018.5.02.0009

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) KLOE KAHTALIAN E OUTRA
Advogada Karla Cristina Beneton Bouvier(OAB: 177133-A/SP)
Agravado(s) SUELI MARINES ALBA
Advogado Daniela Calvo Alba(OAB: 198958-A/SP)
Agravado(s) PRO STAR ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
Advogado Ricardo Magalhães da Costa(OAB: 119074-A/SP)
Advogado Maria Filomena Rodrigues Araujo da Costa(OAB: 100469-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- KLOE KAHTALIAN E OUTRA
- PRO STAR ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
- SUELI MARINES ALBA

Junte-se a petição número 647169/2022-5.

Dê-se ciência às partes.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000643-90.2020.5.02.0055

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado EDMILSON JOSE DOS SANTOS (s)
Advogado Vitor Silva Kupper(OAB: 280847-A/SP)
Agravante(s) e Agravado RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A. (s)
Advogada Thalita Silvério Marques Tominaga(OAB: 272540-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMILSON JOSE DOS SANTOS
- RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

Junte-se.

Não se tratando de preferência legalmente estatuída, aguarde -se o trâmite normal de julgamento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-000020-65.2022.5.14.0111

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) EDIVALDO POLISEL E OUTROS
Advogado Aécio de Castro Barbosa(OAB: 4510-A/RO)
Agravado(s) JOAO PAULO ARRUDA DE MELO
Advogado Jucimaro B. Rodrigues(OAB: 4959-A/RO)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDIVALDO POLISEL E OUTROS
- JOAO PAULO ARRUDA DE MELO

Junte-se a petição nº 609776/2022-5.

Intime-se a parte EDIVALDO POLISEL E OUTROS para se manifestar sobre a petição nº 609776/2022-5, no prazo de 5 (cinco)

dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.
Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000847-07.2019.5.10.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	KENIS HENON SANTOS GOMES
Advogado	Willer Tomaz de Souza(OAB: 32023-A/DF)
Agravado(s)	RAFAEL DE ARAUJO RIBEIRO
Advogado	André Silva da Mata(OAB: 29054-A/DF)
Agravado(s)	PH RESTAURANTE LTDA
Agravado(s)	PAULO HENRIQUE CANDIDO DA COSTA

Intimado(s)/Citado(s):

- KENIS HENON SANTOS GOMES
- PAULO HENRIQUE CANDIDO DA COSTA
- PH RESTAURANTE LTDA
- RAFAEL DE ARAUJO RIBEIRO

Junte-se a petição nº 643917/2022-3.
Intimem-se as outras partes para se manifestarem sobre a petição nº 643917/2022-3, no prazo de 5 (cinco) dias.
Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.
Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0000019-83.2021.5.11.0019

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	André Luís Torres Pessoa(OAB: 19503-A/BA)
Advogada	Maria Carolina Almeida Ribeiro de Miranda(OAB: 15283-A/BA)
Advogado	Igor Teixeira Santos(OAB: 35687-A/BA)
Agravado(s) e Recorrido(s)	FRANCIANE BATISTA PAIXAO

Advogada Mônica Rebane Marins(OAB: 55516-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- FRANCIANE BATISTA PAIXAO

Junte-se.
A reclamante concorda com a realização de audiência de conciliação.
Determino a remessa dos autos ao Tribunal Regional do Trabalho de origem para realização de audiência de conciliação, no prazo de 30 dias, salvo motivo excepcional que justifique ampliação do prazo.
Após a realização da audiência, não havendo acordo, sejam os autos remetidos imediatamente ao TST.

Publique-se.
Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0021987-36.2017.5.04.0204

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Rodrigo de Almeida Amoy(OAB: 112264-B/RJ)
Agravado(s)	SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL
Advogado	Marthius Sávio Cavalcante Lobato(OAB: 1681/DF)
Advogado	Abrão Moreira Blumberg(OAB: 35778/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
- SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. MARTHIUS SÁVIO CAVALCANTE LOBATO, OAB/DF 1681-A, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.
Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011082-22.2017.5.03.0164

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s) VALDECI ROSA DE SOUZA
Advogada Cibele Lopes da Silva(OAB: 137622-A/MG)
Agravante(s) e Agravado(s) VIA S.A.
Advogada Maria Inês Caldeira Pereira da Silva Murgel(OAB: 64029/MG)
Advogado Carlos Fernando de Siqueira Castro(OAB: 93274/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- VALDECI ROSA DE SOUZA
- VIA S.A.

Em face da ausência de poderes do advogado peticionante, Dr. CARLOS FERNANDO DE SIQUEIRA CASTRO, OAB/MG 93.274 - A, intime-se o peticionante para que, no prazo de 5 dias, promova a regularização da cadeia procuratória pertinente, sob pena de indeferimento do requerimento.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011068-74.2021.5.18.0004

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado Danilo Teles Candine(OAB: 39785-A/GO)
Agravado(s) ANTONIO GONCALVES DE MELO
Advogado Salet Rossana Zancheta(OAB: 7708-A/GO)
Advogada Iliane Fátima Veronese de Almeida(OAB: 43631-A/GO)
Advogado Vinícius Libório de Paula(OAB: 28575-A/GO)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTONIO GONCALVES DE MELO
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Junte-se as petições nº 614389/2022-4 e nº 626267/2022-2.

Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre as petições nº 614389/2022-4 e nº 626267/2022-2, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011223-35.2021.5.18.0018

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado Danilo Teles Candine(OAB: 39785-A/GO)
Agravado(s) JULIANO LOBO DA SILVA

Intimado(s)/Citado(s):

- JULIANO LOBO DA SILVA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Junte-se a petição número 666736/2022-1.

Intime-se a parte contrária para manifestação, em 5 dias, sobre a petição número 666736/2022-1

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0106100-08.2008.5.04.0019

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) CONDOMINIO EDIFICIO SOLAR GANDOLFI
Advogado Graziela Silva de Ávila(OAB: 62500-A/RS)
Agravado(s) FABIO RICARDO BERNARDES COSTA
Advogado Patricia Nunes Almeida(OAB: 56010-A/RS)
Agravado(s) VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Advogado Joao Adalberto Medeiros Fernandes Junior(OAB: 40315-A/RS)
Agravado(s) CONDOMINIO EDIFICIO MAISON LOUVRE
Advogado Ricardo André Assunção Dettmer(OAB: 19572-A/RS)
Agravado(s) CONDOMINIO RESIDENCIAL VERGEIS DE DONA MATILDE
Advogado Thiago Torres Guedes(OAB: 36754/RS)
Advogado Nelson Magno Rodrigues Alves(OAB: 67181-A/RS)
Agravado(s) VIGILANCIA ITAQUI LTDA - EPP (MASSA FALIDA)

Intimado(s)/Citado(s):

- CONDOMINIO EDIFICIO MAISON LOUVRE
- CONDOMINIO EDIFICIO SOLAR GANDOLFI
- CONDOMINIO RESIDENCIAL VERGEIS DE DONA MATILDE
- FABIO RICARDO BERNARDES COSTA
- VIGILANCIA ITAQUI LTDA - EPP (MASSA FALIDA)
- VIGILÂNCIA PEDROZO LTDA.

Junte-se.

Ausente o interesse do reclamante, indefiro o pedido de realização de audiência de conciliação formulado pela Reclamada.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0011432-22.2021.5.18.0012

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS
Advogado Danilo Teles Candine(OAB: 39785/GO)
Agravado(s) MANOEL RODRIGUES D ABADIA

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL RODRIGUES D ABADIA
- SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES NO ESTADO DE GOIÁS

Junte-se a petição nº 657119/2022-0.

Intime-se a parte contrária para se manifestar sobre a petição nº 657119/2022-0, no prazo de 5 (cinco) dias.

Após, venham os autos à conclusão.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0101158-46.2016.5.01.0047

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) GILSON QUEIROZ BARBOSA
Advogado Ricardo Jose Costa Lima(OAB: 150379 -A/RJ)
Agravado(s) CLARO S.A.
Advogado André Ricardo Smith da Costa(OAB: 67077-A/RJ)
Advogado René Corvisier Wolguemuth(OAB: 70768/RJ)
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Agravado(s) RWCONNECT SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
Advogado Valdemir Sousa Cordeiro(OAB: 86727-A/MG)
Advogado José Henrique Cançado Gonçalves(OAB: 57680-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CLARO S.A.
- GILSON QUEIROZ BARBOSA
- RWCONNECT SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES E MANUTENÇÃO EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

Homologa-se a desistência da empresa CLARO, ficando prejudicado seu AIRR. Determina-se a reatuação para que a parte reclamante conste como agravantes e as reclamadas constem como agravadas. Prossiga o feito o trâmite normal.

Publique-se.

Brasília, 6 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0010861-67.2017.5.03.0090

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DO OURO, PEDRAS PRECIOSAS E EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS TÉCNICOS E GERAIS, ESSENCIAIS À ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO FERRO E METAIS BÁSICOS DE ITABIRA E REGIÃO

Advogado Henrique Nery de Oliveira Souza(OAB: 89095-A/MG)
Advogado Adriano Josafa da Silva(OAB: 109171-A/MG)
Advogado Rosilene Felix Guimaraes(OAB: 84915-A/MG)
Agravado(s) ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.
Advogado Eduardo Junqueira de Oliveira Martins(OAB: 271217-A/SP)
Advogado Vanessa Naponiello Trinca(OAB: 332760-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANGLO AMERICAN MINÉRIO DE FERRO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DE FERRO E METAIS BÁSICOS DO OURO, PEDRAS PRECIOSAS E EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONTRATADAS PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS TÉCNICOS E GERAIS ESSENCIAIS À ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DA EXTRAÇÃO DO FERRO E METAIS BÁSICOS DE ITABIRA E REGIÃO

Foi homologada a desistência da empresa e o sindicato se manifestou pela manutenção do seu recurso. Determina-se a reautuação para a fase de AIRR, devendo constar o sindicato como agravante e a empresa como agravada. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 6 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0001261-27.2012.5.05.0030

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado PUBLICAR S.A.
Advogada Izilda Maria de Moraes Garcia(OAB: 85277-A/SP)
Agravante(s) e Agravado AVERDIN HOLDINGS LTDA
Advogada Izilda Maria de Moraes Garcia(OAB: 85277-A/SP)
Agravado(s) EUDES GONÇALVES MAGALHÃES
Advogado André Silva Leahy(OAB: 11206/BA)
Agravado(s) MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.
Advogada Maria Rita Ranzani(OAB: 79805-A/SP)
Advogada Deborah Gonçalves de Sousa(OAB: 129938/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- AVERDIN HOLDINGS LTDA
- EUDES GONÇALVES MAGALHÃES
- MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.
- PUBLICAR S.A.

Junte-se os documentos acostados com a petição número 659628/2022-0.

Em face dos documentos juntados, retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como Agravada MASSA FALIDA DE GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA., em lugar de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Anote-se a condição de Falência conforme art. 768 da CLT, no rosto do processo.

Publique-se.

Brasília, 9 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000078-45.2012.5.02.0049

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) ADRIANA LOPES DE ARAUJO TAVARES
Advogada Marisa Regazzini dos Santos Faganello(OAB: 123359-A/SP)
Advogado Alexandre Ferrari Faganello(OAB: 130193-A/SP)
Agravado(s) ATENTO BRASIL S/A
Advogada Maria Mercedes Oliveira Fernandes de Lima(OAB: 82402-A/SP)
Advogado Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 169709/SP)
Advogado Otavio Pinto e Silva(OAB: 93542-A/SP)
Agravado(s) MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.
Advogada Maria Rita Ranzani(OAB: 79805-A/SP)
Advogada Deborah Gonçalves de Sousa(OAB: 129938/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ADRIANA LOPES DE ARAUJO TAVARES
- ATENTO BRASIL S/A
- MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Junte-se os documentos acostados com a petição número 659696/2022-5.

Em face dos documentos juntados, retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como Agravada MASSA FALIDA DE GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA., em lugar de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Anote-se a condição de Falência conforme art. 768 da CLT, no rosto do processo.

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0100160-66.2016.5.01.0051

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. E OUTRO
Advogado	Luís Antônio Ferraz Mendes(OAB: 2325-A/RJ)
Agravado(s)	BRUNO PEPEU CORNELIO DA SILVA
Advogado	José Hilton Silveira de Lucena(OAB: 8223/PB)
Agravado(s)	COSTA CROCIERE SPA

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO PEPEU CORNELIO DA SILVA
- COSTA CROCIERE SPA
- COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. E OUTRO

Junte-se.

Reautue-se o feito a fim de que passe a constar como agravantes COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. e OUTRO

Em atenção ao pedido formulado na petição 348550-04/2021, determino à Secretaria da 6ª Turma a reautuação do feito para que, doravante, as publicações referentes aos reclamados COSTA CRUZEIROS - AGÊNCIA MARÍTIMA E TURISMO LTDA. e IBERO CRUZEIROS LTDA.sejam realizadas em nome do advogado Dr.

Luís Antônio Ferraz Mendes, OAB/SP 79.180.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RR-1000740-75.2018.5.02.0018

Complemento	Processo Eletrônico
Recorrente(s)	MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Advogada	Maria Rita Ranzani(OAB: 79805-A/SP)
Advogada	Deborah Gonçalves de Sousa(OAB: 129938/SP)
Recorrido(s)	EDMILSON PAULINO MASSIEL

Advogado

Renato de Giz(OAB: 182628-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EDMILSON PAULINO MASSIEL
- MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Junte-se os documentos acostados com a petição número 659698/2022-2.

Em face dos documentos juntados, retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como Agravada MASSA FALIDA DE GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA., em lugar de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Anote-se a condição de Falência conforme art. 768 da CLT, no rosto do processo.

Tendo em vista a renúncia de poderes apresentada, EXCLUA-SE o nome da advogada Dra. IZILDA MARIA DE MORAES, OAB/SP 85.277 e INCLUA-SE os nomes das advogadas Dra. DEBORAH GONÇALVES DE SOUZA, OAB/SP 129.938 e MARIA RITA RANZANI, OAB/SP 79.805

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0011932-82.2016.5.15.0130

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s), Agravado(a)(s) e Recorrente(s)	MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.
Advogada	Maria Rita Ranzani(OAB: 79805-A/SP)
Advogada	Deborah Gonçalves de Sousa(OAB: 129938/SP)
Agravante(s), Agravado(a) e Recorrido(s)	HELLEN CRISTIANE DA SILVA FERNANDES
Advogado	Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 163741-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.
Advogado	Fábio Rivelli(OAB: 297608/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA.
- HELLEN CRISTIANE DA SILVA FERNANDES
- MASSA FALIDA de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Junte-se os documentos acostados com a petição número 659697/2022-9.

Em face dos documentos juntados, retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como Agravada MASSA FALIDA DE GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA., em lugar de GUIA MAIS MARKETING DIGITAL LTDA.

Anote-se a condição de Falência conforme art. 768 da CLT, no rosto do processo.

Tendo em vista a renúncia de poderes apresentada, EXCLUA-SE o nome da advogada Dra. IZILDA MARIA DE MORAES, OAB/SP 85.277 e INCLUA-SE os nomes das advogadas Dra. DEBORAH GONÇALVES DE SOUZA, OAB/SP 129.938 e MARIA RITA RANZANI, OAB/SP 79.805

Após, voltem conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0013123-75.2016.5.15.0062

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	GENESEAS AQUACULTURA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Paulo Roberto Gomes Azevedo(OAB: 213028-A/SP)
Agravado(s)	JANAINA APARECIDA DA SILVA
Advogado	Jose Gustavo dos Santos Calsavara(OAB: 382129-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- GENESEAS AQUACULTURA LTDA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- JANAINA APARECIDA DA SILVA

Junte-se.

Retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como Agravante GENESEAS AQUACULTURA LTDA em Recuperação Judicial, atual denominação social da GENESEAS AQUACULTURA LTDA.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 12 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010162-17.2018.5.15.0152

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	CRISTIANO FRANCISCO MOURA
Advogado	Matheus de Almeida Alves(OAB: 292445-A/SP)
Agravado(s)	MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Andre Luiz Paes de Almeida(OAB: 169564-A/SP)
Agravado(s)	EXINMEX SOCIEDAD ANONIMA DE CAPITAL VARIABLE
Agravado(s)	MABE MERCOSUR PARTICIPACOES LTDA
Agravado(s)	COCINAS MABE SA DE CV

Intimado(s)/Citado(s):

- COCINAS MABE SA DE CV
- CRISTIANO FRANCISCO MOURA
- EXINMEX SOCIEDAD ANONIMA DE CAPITAL VARIABLE
- MABE BRASIL ELETRODOMÉSTICOS S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MABE MERCOSUR PARTICIPACOES LTDA

Defere-se a petição avulsa e determina-se a reautuação para que sejam excluídos os nomes das reclamadas JOBELPA USA LLC; JOBELPA S.A.; D.O. PAIOL INTERNACIONAL, LCC; PAIOL S.A.; CAMBURI INTERNATIONAL LCC; CAMBURI ADMINISTRADORA DE BENS S.A.. Na sentença os pedidos foram julgados improcedentes quanto a essas empresas e não houve recurso para o TRT nesse particular, havendo o trânsito em julgado nesse ponto da lide. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-1001940-90.2017.5.02.0006

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Recorrente(s)	GILVAN DE BARROS SILVA
Advogada	Eliaana São Leandro Nóbrega(OAB: 278019-A/SP)
Agravado(s) e Recorrido(s)	INTERVALOR - COBRANÇA, GESTÃO DE CRÉDITO E CALL CENTER LTDA.
Advogado	Guilherme Prestes de Melo(OAB: 251163-A/SP)

Agravado(s) e Recorrido(s) RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.

Advogado Carlos Vieira Cotrim(OAB: 69218-A/SP)

Terceiro(a) Interessado(a) FIDC NPL2 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPLII

Advogado André Gonçalves de Arruda(OAB: 200777-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- FIDC NPL2 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPLII

- GILVAN DE BARROS SILVA

- INTERVALOR - COBRANÇA, GESTÃO DE CRÉDITO E CALL CENTER LTDA.

- RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A.

Determina-se a reatuação para que conste FIDC NPL2 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOSNPL II como terceiro interessado. Anote-se também o nome de seu advogado. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-1001469-11.2017.5.02.0609

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) KELLY CRISTINE CONSTANTINO DE ARAUJO

Advogado Luciano Henriques de Oliveira Roxo Teixeira(OAB: 322486-A/SP)

Advogada Lia Coelho Ayub(OAB: 274426-A/SP)

Agravado(s) BANCO CSF S.A.

Advogado Carlos Augusto Tortoro Junior(OAB: 247319-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CSF S.A.

- KELLY CRISTINE CONSTANTINO DE ARAUJO

Deferem-se as petições avulsas para tornar sem efeito o despacho de expediente anterior. **Homologa-se a desistência da parte reclamada quanto ao seu AI e ao seu RR.** Indefere-se o pedido de certificação do trânsito em julgado com baixa dos autos, pois **há recurso pendente da parte reclamante.** Determina-se a reatuação como AIRR, sendo agravante a parte reclamante e

agravada a parte reclamada. Prossiga o feito o trâmite normal.

Publique-se.

Brasília, 13 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-AIRR-0000056-88.2011.5.01.0068

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RIOZOO

Procurador Rodrigo Meireles Bosisio

Procurador Ricardo Almeida Ribeiro da Silva

Agravado(s) SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

Advogado Sérgio Coelho e Silva Pereira(OAB: 75789/RJ)

Advogado João Cândido Martins Ferreira Leão(OAB: 143142/RJ)

Agravado(s) DORI EDSON JOSE BARBARA

Advogado Marcos Antonio Dias da Silva(OAB: 134861-D/RJ)

Agravado(s) SEVEN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA.

Intimado(s)/Citado(s):

- DORI EDSON JOSE BARBARA

- FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RIOZOO

- SEVEN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PRIVADA LTDA.

- SUPERVIA - CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO S.A.

Junte-se. Reautuar como AG-AIRR, sendo agravante a FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLOGICO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - RIOZOO e agravadas as demais partes. Aguarde-se a manifestação do Município do Rio de Janeiro.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000581-64.2020.5.06.0311

Complemento Processo Eletrônico

Agravante(s) IZABELA VIVIANE DA PAZ SILVA

Advogada Adriana França da Silva(OAB: 45454-A/PE)

Agravado(s) BANCO AGIBANK S.A E OUTRO

Advogado Alfonso de Bellis(OAB: 25818-A/RS)
Terceiro(a) ANTTECIPE ASSESSORIA E
Interessado(a) CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
Advogado Arlen Igor Batista Cunha(OAB: 203863
 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTTECIPE ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
- BANCO AGIBANK S.A E OUTRO
- IZABELA VIVIANE DA PAZ SILVA

Ante as petições avulsas apresentadas, determina-se a reatuação para que conste como terceira interessada ANTTECIPE ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA. As questões de fundo sobre a cessão de crédito pela parte reclamante e sua repercussão na liquidação são da competência do juízo da execução na Vara do Trabalho e ficam para sua decisão oportuna quando baixarem os autos após o término da fase recursal nesta Corte Superior. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº RRAg-0000812-37.2019.5.05.0026

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) e ATENTO BRASIL S.A.
Recorrente(s)
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB:
 29340-A/DF)
Advogada Cyntia Maria de Possidio Oliveira
 Lima(OAB: 15654-A/BA)
Advogado Leonardo Santos de Souza(OAB:
 14926-A/BA)
Agravado(s) e BEATRIZ LIMA DOS SANTOS
Recorrido(s)
Advogado Mayer Chagas Flores(OAB: 22951-
 A/BA)
Advogado Linauro Pereira de Souza Neto(OAB:
 33917-A/BA)
Agravado(s) e OI S.A.
Recorrido(s)
Advogado José Alberto Couto Maciel(OAB:
 513/DF)
Advogado Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB:
 12200/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- BEATRIZ LIMA DOS SANTOS
- OI S.A.

Junte-se.

Retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como parte a OI S.A. - em recuperação judicial, atual denominação social da TELEMAR NORTE LESTE S/A (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL).

Anote-se o nome dos advogados Dr. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL, OAB DF 513 e Dr. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA, OAB DF 12.200, patronos da Agravada.

Publique-se.

Brasília, 14 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0000291-64.2018.5.23.0111

Complemento Processo Eletrônico
Agravante(s) BANCO BRADESCO S.A.
Advogado Mozart Victor Russomano Neto(OAB:
 29340/DF)
Advogada Renata Gonçalves Tognini(OAB:
 15004/MT)
Agravado(s) FABIO MAGALHAES VIANA
Advogado Oclécio Assunção Júnior(OAB:
 16903/MT)
Terceiro(a) ANTTECIPE ASSESSORIA E
Interessado(a) CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
Advogado Arlen Igor Batista Cunha(OAB: 203863
 -A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANTTECIPE ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
- BANCO BRADESCO S.A.
- FABIO MAGALHAES VIANA

Ante as petições avulsas, determina-se a reatuação para que ANTTECIPE ASSESSORIA E CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA seja incluída como terceira interessada (cessionária de créditos da parte reclamante). Sem prejuízo para as partes, as questões próprias da execução (alcance da cessão de créditos) ficam para exame do juízo da execução na Vara do Trabalho quando baixarem os autos após o término da fase recursal no TST. Prossiga o feito.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº Ag-RR-0000583-71.2019.5.08.0001

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	EQUATORIAL SERVICOS S.A. E EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. E SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS
Advogado	Pedro de Souza Furtado Mendonça(OAB: 15646-A/PA)
Advogado	Eduardo Lycurgo Leite(OAB: 12307-A/DF)
Advogado	Rafael Lycurgo Leite(OAB: 16372-A/DF)
Agravado(s)	PATRICK AUGUSTO MONTEIRO SALGADO
Advogado	Leonardo de Nóvoa Chaves(OAB: 18706-A/PA)
Advogado	Marcelo Augusto Paradela Hermes(OAB: 19461-A/PA)
Advogado	Victoria Hapuc Freitas Wanzeler de Matos(OAB: 25070-A/PA)
Agravado(s)	55 SOLUÇÕES S.A. E OUTRO
Advogado	João Alfredo Freitas Miléo(OAB: 12342-A/PA)
Advogado	Luciano Magno Felipe Kowlessar(OAB: 18397-A/PA)
Advogado	Eduardo Lycurgo Leite(OAB: 12307-A/DF)
Advogado	Rafael Lycurgo Leite(OAB: 16372-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- 55 SOLUÇÕES S.A. E OUTRO
- EQUATORIAL SERVICOS S.A. E EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. E SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS
- PATRICK AUGUSTO MONTEIRO SALGADO

Juntem-se aos autos as Petições de n.ºs 193.983/2022-6 e 193953/2022-2.

Retifique-se a autuação do processo, a fim de fazer constar como recorrentes EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. e EQUATORIAL SERVIÇOS S.A. e SILVEIRA, ATHIAS, SORIANO DE MELLO, GUIMARÃES, PINHEIRO & SCAFF - ADVOGADOS.

Observem-se a nova representação e o pedido quanto às publicações.

Após, autue-se o Agravo.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

Desembargador Convocado Relator

Processo Nº AIRR-0010198-22.2020.5.03.0185

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s) e Agravado(s)	BRUNO LEMES DA SILVA
Advogado	Flavio Bianchini de Quadros(OAB: 220411-S/SP)
Advogado	Francisco de Assis Alencar de Oliveira(OAB: 6768-A/AL)
Agravante(s) e Agravado(s)	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	Flavio Boson Gambogi(OAB: 52438/MG)
Advogado	Gustavo Oliveira Chalfun(OAB: 81424-A/MG)
Advogado	Herbert Levi Inácio Martins Júnior(OAB: 157215-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BRUNO LEMES DA SILVA
- CRUZEIRO ESPORTE CLUBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

O reclamado apenas comunica que está em processo de recuperação judicial.Determina-se a reautuação para que conste CRUZEIRO ESPORTE CLUBE (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL). O feito ainda está em fase de conhecimento e não há outras providências a tomar neste feito em razão da recuperação judicial. Prossiga a tramitação regular.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA

Ministra Relatora

Processo Nº AIRR-0049600-51.2006.5.01.0058

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogado	José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Roberto Caldas Alvim de Oliveira(OAB: 12200/DF)
Agravado(s)	EMERSON LUIZ DE ASEVEDO SALES
Advogado	Joel Gomes Soares Júnior(OAB: 94568-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMERSON LUIZ DE ASEVEDO SALES
- OI S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Juntem-se.

Retifiquem-se os registros e a autuação do processo para que conste como parte OI S.A. - em recuperação judicial, atual denominação social da TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Anote-se os nomes dos advogados Dr. JOSÉ ALBERTO COUTO MACIEL, OAB DF 513 e Dr. ROBERTO CALDAS ALVIM DE OLIVEIRA, OAB DF 12.200, patronos da Agravada.

Após, voltem-me conclusos.

Publique-se.

Brasília, 15 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

JOSÉ PEDRO DE CAMARGO RODRIGUES DE SOUZA

Desembargador Convocado Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0001468-71.2016.5.05.0002

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS
Advogado	Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB: 20283-A/RJ)
Agravado(s)	MAP SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
Advogada	Claudiane Gil de Carvalho Lima(OAB: 16924-A/BA)
Agravado(s)	JONAS BARROS BISPO
Advogado	Elmar Caetano de Souza Lima(OAB: 30459-B/BA)
Advogado	Antonio Caio de Santana Gomes(OAB: 26432-A/BA)
Advogado	Roberto Francisco Musiello(OAB: 26548-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- JONAS BARROS BISPO
- MAP SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA.
- PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

Junte-se.

A PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS requer a desconsideração do agravo interposto por meio da petição 628729/202. Defiro.

Processe-se o recurso extraordinário de fls. 796-828.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0101192-31.2018.5.01.0021

Complemento	Processo Eletrônico
Agravante(s)	SUELEN FERREIRA GONCALVES
Advogado	João Raphael de Matos Guedes(OAB: 161328-A/RJ)
Advogado	Leonardo Campbell Bastos(OAB: 110416-D/RJ)
Advogado	Mario Jose Bittencourt de Camargo(OAB: 113536-A/RJ)
Advogado	Marilena Campbell Bastos(OAB: 136088-A/RJ)
Advogado	Thales Castello Branco Santos(OAB: 212437-A/RJ)
Agravado(s)	LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
Advogada	Larissa Veloso da Costa Santos Brehbuhler(OAB: 114657-A/RJ)
Advogado	Cristiano de Lima Barreto Dias(OAB: 92784-A/RJ)
Advogado	Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 168397-A/RJ)
Advogada	Ligia Campos Loureiro(OAB: 218034-A/RJ)
Agravado(s)	MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Procurador	Ricardo Almeida Ribeiro da Silva
Agravado(s)	BANCO CITIBANK S.A.
Advogado	Reinaldo Luís Tadeu Rondina Mandaliti(OAB: 168397-A/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO CITIBANK S.A.
- LIQ CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)
- MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
- SUELEN FERREIRA GONCALVES

Junte-se.

A reclamada LIQ CORP S.A., informa ter sido deferido o processamento da recuperação judicial pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Cidade de São Paulo, que determina suspensão de todo e qualquer ato de execução ou constrição patrimonial contra a ora peticionante, a proibição de manutenção de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão sobre ativos de qualquer natureza, nos termos da atual redação dos artigos 6º e 52, inciso III, da Lei nº 11.101/2005 e a imediata liberação de todos os depósitos recursais existentes em processos trabalhistas.

Requer que seja determinada a suspensão de todas as execuções, a abstenção de qualquer ato que resulte retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão ou constrição judicial ou extrajudicial sob ativos, materiais e imateriais, de qualquer natureza, a revogação de toda e qualquer constrição judicial sobre ativos da reclamada e a liberação de todos os depósitos recursais e créditos depositados nos autos mediante transferência bancária.

Não há que se falar em suspensão das ações trabalhistas em fase de conhecimento, diante da expressa norma contida no art. 6º,

caput e § 2º, 4º e 5º, da Lei 11.101/05.

Não há depósito recursal ou bens constritos a serem

liberados. Indeferido.

Retifique-se a autuação do feito para que passe a constar LIQ

CORP S.A. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL).

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (Lei nº 11.419/2006)

AUGUSTO CÉSAR LEITE DE CARVALHO

Ministro Relator

Secretaria da Oitava Turma

Despacho

Processo Nº AIRR-0000015-02.2021.5.11.0551

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	MUNICIPIO DE PAUINI
Advogado	Dr. Nyton Paes de Olivera(OAB: 8448-A/AM)
Advogado	Dr. Ercluton Soares do Nascimento(OAB: 7771-A/AM)
Agravado	LUCAS DI AGOSTINI DA SILVA VALE
Advogado	Dr. José das Graças de Souza Furtado Júnior(OAB: 9322-A/AM)
Agravado	TECSERV - TERCEIRIZACAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA
Advogado	Dr. Aila Freitas Pires(OAB: 5611-A/AC)

Intimado(s)/Citado(s):

- LUCAS DI AGOSTINI DA SILVA VALE
- MUNICIPIO DE PAUINI
- TECSERV - TERCEIRIZACAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 552393/2022-5.
Trata-se de pedido de suspensão do processo em decorrência da análise de matéria pelo Supremo Tribunal Federal (Tema 1.118 da Tabela de Repercussão Geral).

Indeferido o pedido, porquanto não há determinação daquela Corte de suspensão nacional dos processos que discutem a matéria.

Ressalto que, nos termos dos artigos 543-B, § 1º, do CPC/73 e 1.036 do CPC/2015, a suspensão do processo em função do reconhecimento de repercussão geral da matéria somente tem aplicação aos casos de recursos extraordinários para o Supremo Tribunal Federal.

Prossigam-se os trâmites processuais.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0010472-29.2018.5.15.0150

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	OZINEI DONIZETI JUSSIANI - ME
Advogado	Dr. Matheus Suenai Portugal Miyahara(OAB: 195584-A/SP)
Agravado	JOSIMAR BATISTA DE SOUZA
Advogado	Dr. Rodrigo Eugênio Zanirato(OAB: 139921-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- JOSIMAR BATISTA DE SOUZA
- OZINEI DONIZETI JUSSIANI - ME

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 697095/2022-5.
Em face do acordo noticiado, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0000170-26.2018.5.10.0005

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Agravado	ANDRE MENDONCA TUFENKJIAN
Advogado	Dr. Bruno Arruda Santos de Oliveira Gil(OAB: 22283/DF)
Advogado	Dr. Gabriel de Melo Souza Cruz(OAB: 57709-A/DF)
Agravante e Agravado	FERNANDO MARCIO QUEIROZ
Advogado	Dr. Bruno Arruda Santos de Oliveira Gil(OAB: 22283/DF)
Advogado	Dr. Gabriel de Melo Souza Cruz(OAB: 57709-A/DF)
Agravado	ESPÓLIO de MANOEL DE LIMA NETO
Advogada	Dra. Josiane Meneses de Carvalho(OAB: 34074-A/DF)
Agravado	VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. - SPE 107
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)

Intimado(s)/Citado(s):

- ANDRE MENDONCA TUFENKJIAN
- ESPÓLIO de MANOEL DE LIMA NETO
- FERNANDO MARCIO QUEIROZ
- VIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A. - SPE 107

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 698105/2022-6 e 698159/2022-3.

Considerando que o julgamento dos agravos de instrumento em recursos de revista ocorreu em 14/12/2022 (seq. 11), divulgado no DEJT, em 16/12/2022 (seq. 12), exaurido, pois, o ofício jurisdicional perante esta Corte.

Após o decurso do prazo, certifique-se a não interposição de recursos e baixem-se os autos.

Por fim, submeto o acordo noticiado ao exame do Juízo de origem, para a adoção das providências cabíveis, como entender de direito. Quanto às publicações, proceda-se conforme requerido.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0000152-02.2020.5.12.0030

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante, Agravado e Recorrente	BERNARDO JOSE STEFFEN
Advogado	Dr. Marlon Pacheco(OAB: 20666-A/SC)
Advogado	Dr. Mizaël Wandersee Cunha(OAB: 31240-A/SC)
Agravante, Agravado e Recorrido	WHIRLPOOL S.A
Advogado	Dr. André Chedid Daher(OAB: 21677-A/SC)
Advogado	Dr. Renata de Souza Jacob(OAB: 34426-A/SC)
Advogado	Dr. Carlos Eduardo Alves Fernandes(OAB: 53301-A/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- BERNARDO JOSE STEFFEN
- WHIRLPOOL S.A

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 694592/2022-2.
A reclamada WHIRLPOOL S.A. comunica a celebração de acordo e junta a respectiva minuta.

Entretanto, o referido documento não comprova a composição entre as partes, porquanto carece de assinatura do advogado regularmente constituído pelo reclamante BERNARDO JOSE STEFFEN (seq. 16). Por ora, nada a deferir.

Intime-se o reclamante BERNARDO JOSE STEFFEN para que, pretendendo, manifeste-se no prazo de 5 (cinco) dias.

No silêncio, prossigam-se os trâmites processuais.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº RR-0011954-60.2019.5.03.0069

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Recorrente	VALE S.A.
Advogado	Dr. Nilton Correia(OAB: 1291/DF)
Recorrido	SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE EXTRACAO DE FERRO E METAIS BASICOS DE CONGONHAS, BELO VALE E OURO PRETO
Advogado	Dr. Caio Augusto Tadeu Carvalho de Almeida(OAB: 108281-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE EXTRACAO DE FERRO E METAIS BASICOS DE CONGONHAS, BELO VALE E OURO PRETO
- VALE S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 694800/2022-0.
Em face do acordo noticiado, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº RR-0010388-15.2017.5.15.0004

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Recorrente	ATENTO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Jacqueline Lopes da Silva(OAB: 194649-A/SP)
Advogada	Dra. Fabiana Cristina Mencaroni Gil(OAB: 208092/SP)
Advogado	Dr. Veronica Mateus(OAB: 263285/SP)
Recorrido	JESSICA TAIRINE AGUIAR
Advogada	Dra. Marília de Paula e Silva Bazzan(OAB: 307765-A/SP)
Recorrido	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogado	Dr. Jorge Donizeti Sanchez(OAB: 73055/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATENTO BRASIL S.A.
- JESSICA TAIRINE AGUIAR
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 690947/2022-4.
Em face do acordo noticiado, determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº RR-0000295-13.2020.5.17.0010

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Recorrente	ECO101 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S/A
Advogado	Dr. Victor Vianna Fraga(OAB: 7848-A/ES)
Recorrido	RODRIGO DE OLIVEIRA LAURENCIO
Advogado	Dr. Mileyd Ewald Malaquias(OAB: 27500-A/ES)
Recorrido	ESP ENGENHARIA DE SOLUCOES E PROJETOS LTDA
Advogado	Dr. Luiz Filipe Maduro Aguiar(OAB: 55141/RJ)

Intimado(s)/Citado(s):

- ECO101 CONCESSIONARIA DE RODOVIAS S/A

- ESP ENGENHARIA DE SOLUCOES E PROJETOS LTDA
- RODRIGO DE OLIVEIRA LAURENCIO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 688406/2022-9.
Em face do acordo noticiado, determino a remessa dos autos ao
juízo de origem, para as providências cabíveis.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº Ag-RR-0010434-17.2019.5.03.0085

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	VEREDINHA TRANSPORTES & CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - ME
Advogado	Dr. Anízio de Souza Ferreira(OAB: 70914-A/MG)
Advogada	Dra. Carolina Candido dos Reis(OAB: 179124-A/MG)
Agravado	AILTON CORDEIRO DE OLIVEIRA
Advogado	Dr. Neil Armstrong Geraldo Costa(OAB: 163785-A/MG)
Advogado	Dr. Bruno Josmar Figueiredo Barroso(OAB: 135367-A/MG)
Advogado	Dr. Marcos Cordeiro dos Santos(OAB: 158070-A/MG)
Agravado	APERAM BIOENERGIA LTDA.
Advogado	Dr. Ana Paula Correa da Silveira Gomes(OAB: 72370-A/MG)
Advogado	Dr. Cláudio José Rodrigues Júnior(OAB: 97575-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- AILTON CORDEIRO DE OLIVEIRA
- APERAM BIOENERGIA LTDA.
- VEREDINHA TRANSPORTES & CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - ME

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 688609/2022-0.
A reclamada VEREDINHA TRANSPORTES & CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. - ME comunica a celebração de acordo e junta a respectiva minuta.

Entretanto, o referido documento não comprova a composição entre as partes, porquanto carece de assinatura do advogado regularmente constituído pelo reclamante AILTON CORDEIRO DE OLIVEIRA (seq. 18). Por ora, nada a deferir.

Intime-se o reclamante AILTON CORDEIRO DE OLIVEIRA para que, pretendendo, manifeste-se no prazo de 5 (cinco) dias.

No silêncio, prossigam-se os trâmites processuais.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0010793-59.2019.5.03.0022

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins

Agravante	HAYLANDER ALVES FERREIRA
Advogado	Dr. Marco Augusto de Argenton e Queiroz(OAB: 190106-A/MG)
Agravado	TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Advogado	Dr. Sérgio Carneiro Rosi(OAB: 71639-A/MG)
Agravado	TELEFÔNICA BRASIL S.A.
Advogado	Dr. José Alberto Couto Maciel(OAB: 513/DF)
Advogado	Dr. Bruno Machado Colela Maciel(OAB: 16760-A/DF)
Advogada	Dra. Carla Elisângela Ferreira Alves Teixeira(OAB: 18855/PE)

Intimado(s)/Citado(s):

- HAYLANDER ALVES FERREIRA
- TELEFÔNICA BRASIL S.A.
- TELEMONT ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A.

Juntem-se os expedientes tombados sob os números TST-Pet. 673408/2022-7 e 4654/2023-7.

Em face do acordo noticiado pelo Eg. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (seq. 164), determino a remessa dos autos ao juízo de origem, para as providências cabíveis.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº RRAg-0021577-59.2017.5.04.0662

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogada	Dra. Cristina Scheer(OAB: 27623-A/RS)
Advogado	Dr. César Luís Sprandel(OAB: 74902-A/RS)
Advogado	Dr. Ronoaldo Giarretta(OAB: 69613-B/RS)
Advogado	Dr. Rodrigo Fernandes de Martino(OAB: 43196-A/RS)
Agravado e Recorrido	SINDICATO EMPREGADOS ESTABELECIMENTOS BANCARIOS
Advogado	Dr. Afonso Ernesto Canabarro da Silva(OAB: 44246-A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO EMPREGADOS ESTABELECIMENTOS BANCARIOS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 691544/2022-8.
Trata-se de reclamação trabalhista proposta pelo SINDICATO EMPREGADOS ESTABELECIMENTOS BANCARIOS, em substituição processual aos trabalhadores abrangidos pela respectiva base territorial. O substituído FABIO LUIZ IZYCKI apresenta petição de desistência da ação.

Inviável o acolhimento do pedido de desistência da ação, porquanto, não obstante constitua faculdade conferida à parte autora (art. 485, VIII, do CPC/2015), o limite temporal para manifestar tal intenção é a sentença (art. 485, § 5º, do CPC/2015), mesmo que eventualmente haja concordância do réu, pois a prestação

jurisdicional almejada foi obtida.

Nesse sentido: ED-AIRR-11557-12.2016.5.15.0153, Rel. Min. Mauricio Godinho Delgado, DEJT de 04.11.2019; AIRR-1026-03.2018.5.13.0006, Rel. Min. Márcio Eurico Vitral Amaro, DEJT de 23.04.2020; RO-8211-27.2016.5.15.000, Rel. Min. Vieira de Mello Filho, DEJT de 27.04.2020; AIRR-ROT-2104-59.2018.5.23.0101, Rel. Min. Douglas Alencar Rodrigues, DEJT de 16.04.2020.

Indefiro, portanto, o requerimento.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº RRAg-1001754-20.2020.5.02.0602

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrido	BANCO BRADESCO S.A.
Advogado	Dr. Mozart Victor Russomano Neto(OAB: 29340/DF)
Advogado	Dr. Adriane Maria Xavier Biondo(OAB: 133128-A/SP)
Advogado	Dr. Francisco Antonio L Rodrigues Cucchi(OAB: 35915-A/SP)
Agravado e Recorrente	RINALDO BATISTA DOS SANTOS
Advogado	Dr. Ericson Crivelli(OAB: 71334-A/SP)
Advogado	Dr. Andre Esteves Cardozo de Mello(OAB: 422532-A/SP)
Advogado	Dr. Cassia Ribeiro dos Santos(OAB: 391012-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO BRADESCO S.A.
- RINALDO BATISTA DOS SANTOS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 694865/2022-6.

Mediante o despacho de fl. 3.504, o reclamante foi intimado a se manifestar acerca do pedido do reclamado, relativo à designação de audiência para tentativa de conciliação.

Às fls. 3.506, o reclamante RINALDO BATISTA DOS SANTOS informa que tem interesse na realização de audiência de conciliação, nos termos pleiteados pelo reclamado.

À Secretaria da 8ª Turma para que proceda à baixa dos autos ao Tribunal de origem, a fim de seja realizada audiência de conciliação, conforme solicitado.

Cumprе ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para o regular prosseguimento do feito.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0010458-40.2021.5.15.0150

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Advogada	Dra. Aline Rossigali do Prado Lopreto(OAB: 240911/SP)
Agravado	ODAIR JOSE PEREIRA
Advogado	Dr. Leandro de Oliveira Stoco(OAB: 196492/SP)
Advogado	Dr. Karina Carla Gentina(OAB: 328593-A/SP)
Advogado	Dr. Ricardo Miguel Sobral(OAB: 301187-A/SP)
Advogado	Dr. Jacqueline Querino Alves(OAB: 301301-A/SP)
Advogado	Dr. Karina Beatriz da Silva Domingos Lemos(OAB: 275168-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
- ODAIR JOSE PEREIRA

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 691191/2022-8.

Defiro o pedido de extração da certidão, observando-se o contido nos registros, bem assim a comprovação do recolhimento dos emolumentos, nos termos da Instrução Normativa nº 20/2002 do TST.

Após, prossiga-se com o regular andamento do feito.

À Secretaria da 8ª Turma do TST para as providências.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0010840-83.2021.5.03.0015

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	CRUZEIRO ESPORTE CLUBE
Advogado	Dr. Gustavo Oliveira Chalfun(OAB: 81424-A/MG)
Advogado	Dr. Flavio Boson Gambogi(OAB: 97527-A/MG)
Advogado	Dr. Ricardo Lopes Godoy(OAB: 77167/MG)
Agravado	GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES OLIVEIRA
Advogado	Dr. Mario Antonio Fernandes(OAB: 40669-A/MG)
Advogado	Dr. Fernando Augusto Neves Laperriere(OAB: 65634-A/MG)
Advogado	Dr. José Sérgio Ribeiro Soares(OAB: 40945-A/MG)
Advogado	Dr. Ronaldo Jung(OAB: 75401-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- CRUZEIRO ESPORTE CLUBE
- GUSTAVO HENRIQUE GONCALVES OLIVEIRA

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 684888/2022-9.

CRUZEIRO ESPORTE CLUBE comunica que está em recuperação judicial, conforme decisão no processo nº 5145674-43.2022.8.13.0024, em curso na 1ª Vara Empresarial da Comarca de Belo Horizonte. Junta documentos (seqs. 22-27).

Determina-se que a Secretaria 8ª Turma proceda à retificação da autuação para fazer constar como agravante CRUZEIRO ESPORTE CLUBE (em recuperação judicial) e sejam intimadas as administradoras judiciais, representadas pelo Dr. Alexandre Correa

Nasser de Melo, inscrito na OAB/PR sob o nº 38.515, e pela Drª. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, inscrita na OAB/MG sob o nº 170.449, para as medidas que entender cabíveis. Após, prossiga-se com o regular andamento do feito. Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº ARR-1001089-24.2018.5.02.0715

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	ROSANA ALCANTARA ASSIS
Advogado	Dr. Everson Oliveira Cavalcante(OAB: 220533-A/SP)
Agravado e Recorrido	VIA VAREJO S.A.
Advogado	Dr. Thiago Mahfuz Vezzi(OAB: 228213/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- ROSANA ALCANTARA ASSIS
- VIA VAREJO S.A.

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 692309/2022-3. Por meio do Ofício CEJUSC2INST.TRT/SP Nº 41/2022, datado de 16/12/2022, a Equipe do CEJUSC 2º Grau informa que o presente feito fora indicado para a audiência de tentativa de conciliação. Dessa forma, determino a baixa imediata dos autos para o CEJUSC 2º grau do TRT 2ª Região. Cumpre ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para prosseguimento do feito. Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº ARR-0000186-73.2019.5.08.0110

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante e Recorrente	AGROPALMA S.A.
Advogado	Dr. Ana Ialis Baretta(OAB: 11903-A/PA)
Advogado	Dr. Caroline Franciany de Souza Barata(OAB: 25756-A/PA)
Advogado	Dr. Wanderson Ferreira Machado(OAB: 17474-A/PA)
Agravado e Recorrido	ALVARO CAVALCANTE LOPES
Advogado	Dr. Diorgio Diovanny Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva(OAB: 12614-A/PA)
Advogada	Dra. Virna Julia Oliveira Coutinho Lobato(OAB: 20089-A/PA)
Advogada	Dra. Daiana Raquel Doria de Souza(OAB: 24374-A/PA)

Intimado(s)/Citado(s):

- AGROPALMA S.A.

- ALVARO CAVALCANTE LOPES

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 687603/2022-2. Por meio malote digital, datado de 15/12/2022, a Equipe do CEJUSC 2º Grau informa que o presente feito fora indicado para a audiência de tentativa de conciliação. Dessa forma, determino a baixa imediata dos autos para o CEJUSC 2º grau do TRT 8ª Região. Cumpre ressaltar que, não havendo acordo entre as partes, os autos deverão retornar imediatamente a esta Corte Superior para prosseguimento do feito. Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0000597-62.2013.5.03.0047

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Rafael Leandro Virmond Perdigão Nogueira(OAB: 19339/DF)
Advogado	Dr. Marcos Eloy da Silva(OAB: 89173-A/MG)
Advogada	Dra. Viviane de Araújo Rodrigues Bittencourt Maciel(OAB: 180083-A/MG)
Advogada	Dra. Mônica Cerqueira Lopes(OAB: 658-B/SE)
Agravado	SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE ARAGUARI E REGIÃO
Advogado	Dr. Fábio Antônio Silva(OAB: 46777-A/MG)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE ARAGUARI E REGIÃO

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 619597/2022-4. Trata-se de pedido formulado pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE ARAGUARI E REGIÃO, com base no art. 1.048, I, do NCPC, de prioridade na tramitação do processo em razão de haver substituído com idade superior a 60 anos, conforme documentação constante dos autos. Defiro o postulado e determino a retificação da autuação, para fazer constar que o feito está sujeito à tramitação preferencial. Após, prossiga-se com o regular andamento do feito. Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

Processo Nº ARR-0000615-03.2010.5.05.0025

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Sergio Pinto Martins

Agravante e Recorrido CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS
FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO
BRASIL

Advogada Dra. Bruna Sampaio Jardim
Freitas(OAB: 22151/BA)

Agravado e Recorrente GALENO LIBÓRIO DOS SANTOS

Advogado Dr. Marcos Wilson Ferreira
Fontes(OAB: 11315/BA)

Agravado e Recorrente BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado Dr. Eduardo Agnelo Pereira(OAB:
14193-A/BA)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- GALENO LIBÓRIO DOS SANTOS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 590366/2022-9.
O reclamante, GALENO LIBÓRIO DOS SANTOS, requer, com base no art. 1.048, I, do NCPC, prioridade na tramitação do processo em razão de ter doença grave prevista no rol do artigo 6º, inciso XIV, da Lei nº 7.713 de 1988.

Entretanto, o processo já se encontra dentre aqueles com a tramitação preferencial.

Prossiga o regular andamento do feito.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-1000733-42.2021.5.02.0612

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Sergio Pinto Martins

Agravante e Agravado MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Procurador Dr. Flávio César Damasco

Agravante e Agravado SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO
AMBIENTE LTDA. (EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Advogado Dr. Gabriel Turiano Moraes
Nunes(OAB: 20897-A/BA)

Agravado RODRIGO LIMA DE MOURA

Advogado Dr. Manoel Jose de Oliveira Neto(OAB:
372649-A/SP)

Intimado(s)/Citado(s):

- MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- RODRIGO LIMA DE MOURA
- SPE SOMA - SOLUÇÕES EM MEIO AMBIENTE LTDA. (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL)

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 4061/2023-7.
Considerando que o julgamento dos agravos de instrumento em recursos de revista ocorreu em 06/12/2022 (seq. 08), divulgado no DEJT, em 12/12/2022 (seq. 09), exaurido, pois, o ofício jurisdicional perante esta Corte.

Após o decurso do prazo, certifique-se a não interposição de recursos e baixem-se os autos.

Por fim, submeto o acordo noticiado ao exame do Juízo de origem, para a adoção das providências cabíveis, como entender de direito.
Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº Ag-AIRR-0020628-98.2020.5.04.0025

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Sergio Pinto Martins

Agravante BANCO DO BRASIL S.A.

Advogado Dr. Henrique Luiz Panisson(OAB:
88018-A/RS)

Advogado Dr. Eduardo Alexandre Piva(OAB:
62853-A/PR)

Advogada Dra. Camila Zanchin Golin(OAB: 67659
-A/RS)

Agravado MARIA LUIZA BERGAMASCHI SESTI

Advogado Dr. Adriano de Oliveira Flores(OAB:
34481-A/RS)

Advogado Dr. Francisco Loyola de Souza(OAB:
44452-A/RS)

Advogado Dr. Denis Rodrigues Einloft(OAB:
62310-A/RS)

Advogado Dr. Gabriel Jose Pinto de
Camargo(OAB: 90714-A/RS)

Advogado Dr. Carlos Humberto Ataides Melo
Junior(OAB: 74925-A/RS)

Advogado Dr. Milton Jose Munhoz
Camargo(OAB: 7815-A/RS)

Advogado Dr. Antonio Carlos Schamann
Maineri(OAB: 7558-A/RS)

Advogado Dr. Amalia Cristine Pahim Colling(OAB:
66891-A/RS)

Advogado Dr. Joao Miguel Palma Antunes
Catita(OAB: 14314-A/RS)

Advogada Dra. Renata Porto Chalegre(OAB:
68555-A/RS)

Advogado Dr. Anderson Oliveira Forte(OAB:
71959-A/RS)

Advogada Dra. Liliam Patricia Freitas Fanfa
Engler(OAB: 56250-A/RS)

Advogada Dra. Livia Mendes Neckel(OAB: 97582-
A/RS)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- MARIA LUIZA BERGAMASCHI SESTI

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 665680/2022-0.

Defiro o pedido.

Registre-se a tramitação preferencial, devendo a Secretaria da 8ª Turma proceder à reautuação do feito, a fim de fazer constar na capa dos autos "TRAMITAÇÃO PREFERENCIAL NOS TERMOS DA LEI 12.008/2009".

Após, prossiga-se com o regular andamento do feito.

Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

SERGIO PINTO MARTINS

Ministro Relator

Processo Nº AIRR-0014100-80.2007.5.13.0016

Complemento Processo Eletrônico

Relator Min. Sergio Pinto Martins

Agravante e Agravado	COJUDA CONSTRUTORA JULIAO LTDA
Advogado	Dr. Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva(OAB: 11589-A/PB)
Advogado	Dr. Isabelli Cruz de Souza Neves(OAB: 12708-A/PB)
Agravante e Agravado	CONSTRUTORA PLANICIE LTDA
Advogada	Dra. Rachel Franca Falcão Batista Dantas(OAB: 15533-A/PB)
Agravado	POSTO COJUCENTER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA E OUTROS
Advogado	Dr. Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva(OAB: 11589-A/PB)
Advogado	Dr. Isabelli Cruz de Souza Neves(OAB: 12708-A/PB)
Agravado	CLODOALDO LOPES DOS SANTOS

Intimado(s)/Citado(s):

- CLODOALDO LOPES DOS SANTOS
- COJUDA CONSTRUTORA JULIAO LTDA
- CONSTRUTORA PLANICIE LTDA
- POSTO COJUCENTER COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA E OUTROS

Junte-se o expediente tombado sob o nº TST-Pet. 643170/2022-1. Defiro o postulado e determino a retificação da autuação, para fazer constar que o feito está sujeito à tramitação preferencial, conforme documentação constante dos autos (fls. 1327). Após, prossiga-se com o regular andamento do feito. Publique-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2023.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
SERGIO PINTO MARTINS
Ministro Relator

**Secretaria de Processamento de Recursos
Extraordinários
Despacho**

Processo Nº Ag-ED-AIRR-0000007-46.2017.5.07.0011

Complemento	Processo Eletrônico
Relator	Min. Douglas Alencar Rodrigues
Agravante	BANCO DO BRASIL S.A.
Advogado	Dr. Antônio de Pádua de Sousa Ramos Júnior(OAB: 4445/PI)
Advogado	Dr. Mário Barbosa Maciel(OAB: 25677-B/CE)
Agravado	PAULO EDUARDO DE FREITAS CAVALCANTE
Advogada	Dra. Ana Virgínia Porto de Freitas(OAB: 9708/CE)
Advogado	Dr. Antonio Solomón Brito Leitão(OAB: 41085-A/CE)

Intimado(s)/Citado(s):

- BANCO DO BRASIL S.A.
- PAULO EDUARDO DE FREITAS CAVALCANTE

Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de acórdão proferido por esta Corte Superior Trabalhista, em relação aos tópicos "AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. INTEGRAÇÃO" e "Multa por litigância de má-fé".

Argui prefacial de repercussão geral.

É o relatório.

Nas razões do recurso extraordinário os argumentos da parte estão centrados na validade de cláusula de acordo coletivo que alterou a natureza jurídica do auxílio alimentação. Consignou que seria indevida a condenação por se tratar de verba de natureza indenizatória, conforme cláusula normativa. Apontou a violação do art. 7º, XXVI, da Constituição Federal. Quanto à multa, aponta ofensa ao art. 5º, XXXV e LV, da CF.

De início, verifica-se que o processo em análise não se amolda ao Tema 1046 do ementário temático de repercussão geral (validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente), uma vez que a discussão nos autos não trata de validade ou invalidade de norma coletiva, mas de eventual aplicabilidade de norma coletiva válida.

Nesse sentido, o seguinte precedente da Corte Suprema:

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E DO TRABALHO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECLAMAÇÃO. PRETENSÃO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO COM BASE NO TEMA 1046. ALEGAÇÃO DE USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE DISCUSSÃO ACERCA DA VALIDADE DE NORMA COLETIVA DE TRABALHO. AUSÊNCIA DE ADERÊNCIA ESTRITA. 1. Agravo interno em reclamação ajuizada em face de acórdão do Tribunal Superior do Trabalho que negou seguimento a agravo de instrumento em recurso de revista por ausência de transcendência da matéria. Alegação de usurpação da competência do STF e de afronta à ordem de suspensão nacional dos feitos determinada no paradigma do Tema 1.046 da repercussão geral. 2. Ausência da necessária relação de aderência entre o ato reclamado e o paradigma apontado como violado. O órgão reclamado, tanto em relação ao anuênio quanto à natureza do auxílio-alimentação, afastou a incidência da norma coletiva de trabalho ao caso concreto com base no momento de vigência, e não na (in)validade do instrumento. Isto é, o caso não se amolda à questão tratada nos autos do ARE-RG 1.121.633 (Tema 1046), circunscrita à validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente. 3. De todo modo, após o ajuizamento da presente reclamação, em sessão realizada em 02.06.2022, o Plenário do Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento de mérito do ARE 1.121.633 (Rel. Min. Gilmar Mendes), fixando a respectiva tese de repercussão geral, pelo que estaria superada a decisão indicada como paradigma. 4. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

(Rcl 46911 AgR, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 22/11/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-240 DIVULG 25-11-2022 PUBLIC 28-11-2022)

Não obstante as alegações da parte recorrente, verifica-se que o acórdão recorrido foi expresso em rechaçar as alegações da parte, com fulcro na prova dos autos, destacando que restou demonstrado que "o Autor percebeu o auxílio alimentação durante toda a contratualidade" e que "a alteração da natureza jurídica da parcela por norma coletiva, assim como a adesão do empregador ao PAT, ocorreram posteriormente à admissão do empregado", como se extrai do trecho destacado abaixo:

2.1. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA SALARIAL. ADMISSÃO ANTERIOR À

**ADESÃO DA RECLAMADA AO PAT E À ALTERAÇÃO
PROMOVIDA POR NORMA COLETIVA. ORIENTAÇÃO
JURISPRUDENCIAL 413 DA SBDI-1/TST**

Eis o teor da decisão que apreciou o agravo de instrumento:

(...)

O Agravante afirma estar inscrito no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) desde o ano de 1992, o que atrai a aplicação da OJ 133 da SDI-I deste TST.

Ressalta que os Acordos Coletivos firmados entre o Banco e a categoria dos Bancários previram expressamente o caráter indenizatório da parcela, não havendo falar em sua integração na remuneração do Autor, e menos ainda, sujeitar-se à incidência de verbas reflexas.

Sustenta que o Autor não fez prova de suas alegações. E aduz ter comprovado que o programa de alimentação existente antes da implantação do pagamento de verbas Auxílio Alimentação, originada no Acordo Coletivo de 1987, restringia-se à existência de restaurantes em suas dependências, para utilização por funcionários da instituição, mediante pagamento da refeição. Afirma, nesses termos, ser indevida a integração do auxílio alimentação à remuneração do Reclamante. Indica afronta aos artigos 7º, XXVI da CF/88, artigo 114 do CCB, artigo 818 da CLT e 333, I do CPC, além de contrariedade às Orientações Jurisprudenciais 123 e 133 da SBDI-1/TST.

Ao exame.

No caso presente, com amparo no conjunto fático-probatório dos autos, o Tribunal Regional consignou que o Autor percebeu o auxílio alimentação durante toda a contratualidade. Assentou que a alteração da natureza jurídica da parcela por norma coletiva, assim como a adesão do empregador ao PAT, ocorreram posteriormente à admissão do empregado.

Para tanto, a Corte de origem considerou o documento denominado "Aviso Circular nº 84/282", de 28.08.1984, elaborado pelo réu e que noticiou as disposições constantes do ACT 1983/1984, e ainda, levou em conta a data da admissão.

Destacou que o empregador não diligenciou em comprovar o alegado fato modificativo do direito à parcela, de que o "Programa de Alimentação", existente à época da admissão do Autor, consistia, apenas, em rede de restaurantes instalados em suas agências, sem fornecimento gratuito de alimentação aos trabalhadores. Nesse contexto, entendo que restou adequadamente distribuído o ônus da prova. Ilesos os artigos 818 da CLT e 333 do CPC.

Ademais, observo que para análise do tema, de forma a prevalecer o argumento recursal, de que não há prova do fornecimento do auxílio alimentação desde a admissão do Autor, seria indispensável o revolvimento do conteúdo probatório. Tal procedimento é vedado nessa esfera recursal, segundo diretriz traçada pela Súmula 126/TST.

Feita a consideração, destaco que mediante a Orientação Jurisprudencial 413 da SBDI-1, o TST firmou o entendimento de que a pactuação em norma coletiva, conferindo caráter indenizatório à verba auxílio-alimentação, ou a adesão posterior do empregador ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, não alteram a natureza salarial da parcela para aqueles empregados que já percebiam o benefício, a teor das Súmulas 51, I, e 241/TST. Esta Corte já pacificou, por meio da Súmula 51, a compreensão de que o contrato de trabalho e os benefícios que dele decorrem devem ser regidos pelas normas vigentes à época da admissão do trabalhador, sendo válidas, apenas, as posteriores alterações que se revelarem mais vantajosas a ele. A alteração das regras relativas à natureza do auxílio alimentação não pode, assim, alcançar os empregados que já a percebiam à época da modificação.

Nesse sentido os seguintes julgados:

(...)

Nesse contexto, incide sobre o apelo o óbice do art. 896, § 7º, da CLT e da Súmula 333 do TST, não havendo falar em violação de dispositivos da Constituição Federal e de lei, em contrariedade a verbetes sumulares e jurisprudenciais, tampouco em dissenso de teses.

Saliento, por fim, que a controvérsia foi resolvida pelo Tribunal Regional à luz da prova dos autos, não havendo falar em violação dos arts. 818 da CLT e 333, I do CPC, na medida em que as regras de distribuição do ônus da prova somente têm relevância num contexto de ausência de prova ou de provas insuficientes.

Nesse contexto, não merece reparos decisão agravada cujos fundamentos não são afastados. Ademais, constatado o caráter manifestamente inadmissível do agravo, impõe-se a aplicação da multa prevista no artigo 1.021, §4º, do CPC/2015, no percentual de 5% sobre o valor dado à causa (R\$50.000,00), o que perfaz o montante de R\$ 2.500,00, a ser revertido em favor do Agravado, devidamente atualizado, nos termos do referido dispositivo de lei. **NEGO PROVIMENTO** ao agravo, com aplicação de multa, conforme fundamentação.

Ante a delimitação, mediante análise fático-probatório, da natureza salarial do auxílio alimentação pelas instâncias ordinárias, o acolhimento da argumentação em sentido contrário (natureza indenizatória) esbarra na Súmula nº 279 do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual "Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário".

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes da Corte Suprema:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO DO TRABALHO. DIFERENÇAS SALARIAIS DECORRENTES DA NÃO INTEGRAÇÃO DA PARCELA AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO À REMUNERAÇÃO DO AUTOR. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. FATOS E PROVAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. Não se presta o recurso extraordinário para a análise de matéria infraconstitucional, tampouco para o reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula nº 279/STF). 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação. 3. Honorários advocatícios majorados ao máximo legal em desfavor da parte recorrente, caso as instâncias de origem os tenham fixado, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º e a eventual concessão de justiça gratuita.

(ARE 1286470 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 11/11/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-292 DIVULG 14-12-2020 PUBLIC 15-12-2020)

EMENTA Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Direito do Trabalho. Auxílio-alimentação. Natureza jurídica. Fatos e provas. Cláusulas do acordo coletivo. Reexame. Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos, bem como das cláusulas firmadas pelas partes em acordo coletivo. Incidência das Súmulas nºs 279 e 454/STF. 2. Agravo regimental não provido.

(ARE 1218663 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 13/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-219 DIVULG 08-10-2019 PUBLIC 09-10-2019)

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. DIREITO DO TRABALHO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. NATUREZA JURÍDICA. INCORPORAÇÃO AO SALÁRIO. LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA. FATOS E PROVAS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. 1. O recurso extraordinário não se presta à análise de matéria infraconstitucional, tampouco ao reexame dos fatos e das provas constantes dos autos (Súmula 279 do STF). 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação. 3. Honorários advocatícios majorados ao máximo legal em desfavor da parte recorrente, caso as instâncias de origem os tenham fixado, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados os limites dos §§ 2º e 3º e a eventual concessão de justiça gratuita. (ARE 1285399 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 21/12/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-028 DIVULG 12-02-2021 PUBLIC 17-02-2021)

Quanto à multa aplicada na decisão recorrida em sede de agravo, cabe registrar que o Supremo Tribunal Federal consolidou o entendimento de que o recurso extraordinário não merece seguimento, por ausência de repercussão geral, quando a controvérsia se refere à imposição de multa por litigância de má-fé, inclusive nos casos de interposição de recursos com manifesto propósito protelatório.

A tese fixada pelo STF - Tema 401 - é a de que a questão afeta à configuração de circunstância que legitime a imposição de multa por litigância de má-fé tem natureza infraconstitucional e a ela são atribuídos os efeitos da ausência de repercussão. Veja-se a correspondente ementa:

RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Multa. Litigância de má-fé. Tema infraconstitucional. Precedentes. Ausência de repercussão geral. Recurso extraordinário não conhecido. Não apresenta repercussão geral recurso extraordinário que, tendo por objeto a aplicação de multa por litigância de má-fé, com fundamento no art. 18 do CPC, nos casos de interposição de recursos com manifesto propósito protelatório, versa sobre tema infraconstitucional. (RE-633360, Rel. Min. Cezar Peluso, DJe de 31/8/2011, Tema 401 da Repercussão Geral).

Dentro desse contexto, nego seguimento ao recurso extraordinário, porque incabível, à luz da Súmula nº 279 do STF, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso in albis do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2022.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)
ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

**Gabinete da Vice-Presidência
Decisão Monocrática**

Processo Nº AIRR-0010769-09.2014.5.01.0007

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADO	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
ADVOGADO	JOSE EDUARDO DE ALMEIDA CARRICO(OAB: 45513/RJ)
AGRAVADO	MANOEL DO COUTO FERREIRA PIRES
ADVOGADO	TERENCIO MARINS DOS SANTOS(OAB: 184585/RJ)
ADVOGADO	DENIS RUI DE FARIAS NUNES(OAB: 128591/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO BITTENCOURT DOS SANTOS(OAB: 135589/RJ)
TESTEMUNHA	WASHINGTON MORAES TEIXEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0010769-09.2014.5.01.0007

**AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

AGRAVADO: MANOEL DO COUTO FERREIRA PIRES

DECISÃO

Defiro o o pedido de tramitação preferencial (id. 3b8a91f).

À SEPREG para as providências cabíveis.

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra as causas decididas em única ou última instância*”.

Por conseguinte, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão singular, tem-se por inadmissível o presente recurso extraordinário, interposto prematuramente, emergindo o obstáculo preconizado pelo verbete sumular mencionado. A corroborar tal entendimento, vejam-se:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO

DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o esgotamento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022) “DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021) “Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021) “Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101 DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Dentro desse contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque incabível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0010769-09.2014.5.01.0007

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADO	JOSE ALBERTO COUTO MACIEL(OAB: 513/DF)
ADVOGADO	JOSE EDUARDO DE ALMEIDA CARRICO(OAB: 45513/RJ)
AGRAVADO	MANOEL DO COUTO FERREIRA PIRES
ADVOGADO	TERENCIO MARINS DOS SANTOS(OAB: 184585/RJ)
ADVOGADO	DENIS RUI DE FARIAS NUNES(OAB: 128591/RJ)
ADVOGADO	RODRIGO BITTENCOURT DOS SANTOS(OAB: 135589/RJ)
TESTEMUNHA	WASHINGTON MORAES TEIXEIRA

Intimado(s)/Citado(s):

- MANOEL DO COUTO FERREIRA PIRES

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0010769-09.2014.5.01.0007

AGRAVANTE: TELEMAR NORTE LESTE S/A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL

AGRAVADO: MANOEL DO COUTO FERREIRA PIRES

DECISÃO

Defiro o o pedido de tramitação preferencial (id. 3b8a91f).

À SEPREG para as providências cabíveis.

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102,

III, "a", da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível *"contra ascausas decididas em única ou última instância"*.

Por conseguinte, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão singular, tem-se por inadmissível o presente recurso extraordinário, interposto prematuramente, emergindo o obstáculo preconizado pelo verbete sumular mencionado. A corroborar tal entendimento, vejamos-se:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o esgotamento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação." (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

"DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada". 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido." (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido." (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

"Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não

esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC)." (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101 DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Dentro desse contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque incabível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0002034-31.2016.5.11.0009

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	ESTADO DO AMAPÁ
AGRAVADO	ELIZABETH BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 6030/AM)
AGRAVADO	TOTAL SAÚDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- ELIZABETH BARBOSA DOS SANTOS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0002034-31.2016.5.11.0009

AGRAVANTE: ESTADO DO AMAPÁ

AGRAVADO: ELIZABETH BARBOSA DOS SANTOS e outros (2)

DESPACHO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à **responsabilidade subsidiária da Administração**

Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido *“sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal”*.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao “Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)”. No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que *“inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93”* – deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, **determino o sobrestamento do recurso extraordinário** até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0002034-31.2016.5.11.0009

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	ESTADO DO AMAZONAS
AGRAVADO	ELIZABETH BARBOSA DOS SANTOS
ADVOGADO	EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JUNIOR(OAB: 6030/AM)
AGRAVADO	TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA - EPP
CUSTOS LEGIS	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Intimado(s)/Citado(s):

- TOTAL SAUDE SERVICOS MEDICOS E ENFERMAGEM LTDA
- EPP

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0002034-31.2016.5.11.0009

AGRAVANTE: ESTADO DO AMAZONAS

AGRAVADO: ELIZABETH BARBOSA DOS SANTOS e outros (2)

D E S P A C H O

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto em face de acórdão prolatado por este Tribunal Superior do Trabalho em que a parte se insurge quanto à **responsabilidade subsidiária da Administração Pública como tomadora de serviços terceirizados, em que se discute o ônus da prova quanto à fiscalização dos respectivos contratos**.

De acordo com o art. 1.030, III, do CPC/2015, compete ao Presidente ou ao Vice-Presidente do Tribunal recorrido *“sobrestar o recurso que versar sobre controvérsia de caráter repetitivo ainda não decidida pelo Supremo Tribunal Federal”*.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do processo nº RE 1.298.647 RG/SP, acórdão publicado no DJe de 17/12/2020, reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, ensejando a inclusão do Tema 1.118 no Ementário Temático de Repercussão Geral, que se refere ao “Ônus da prova acerca de eventual conduta culposa na fiscalização das obrigações trabalhistas de prestadora de serviços, para fins de responsabilização subsidiária da Administração Pública, em virtude da tese firmada no RE 760.931 (Tema 246)”. No Tema 246, por sua vez, o STF asseverou que *“inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93”* – deixando dúvida, entretanto, quanto ao respectivo ônus probatório.

Dessa forma, para se evitar decisões conflitantes, é imprescindível aguardar o pronunciamento final da Suprema Corte acerca de tal questão, sobrestando-se todos os recursos extraordinários interpostos em face de acórdãos prolatados por este Tribunal Superior do Trabalho que tratam do tema.

Por conseguinte, nos termos dos arts. 1.030, III, do CPC e 328 e 328-A do RISTF, **determino o sobrestamento do recurso**

extraordinário até o trânsito em julgado de decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000692-45.2020.5.19.0001

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
ADVOGADO	CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)
AGRAVADO	GERLANE MARIA DA CONCEICAO AMORIM
ADVOGADO	MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA
S/A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000692-45.2020.5.19.0001

**AGRAVANTE: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E
INFORMATICA S/A**

AGRAVADO: GERLANE MARIA DA CONCEICAO AMORIM

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, *“é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”*, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível *“contra ascausas decididas em única ou última instância”*.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM

AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022) “DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021) “Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021) “Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).”

(ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000692-45.2020.5.19.0001

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A
ADVOGADO	CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS(OAB: 78403/MG)
AGRAVADO	GERLANE MARIA DA CONCEICAO AMORIM
ADVOGADO	MANOEL BASILIO DA SILVA NETO(OAB: 13509/AL)

Intimado(s)/Citado(s):

- GERLANE MARIA DA CONCEICAO AMORIM

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000692-45.2020.5.19.0001

AGRAVANTE: ALMAVIVA DO BRASIL TELEMARKETING E INFORMATICA S/A

AGRAVADO: GERLANE MARIA DA CONCEICAO AMORIM

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos

embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVADO	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO MURILO DE SOUZA PEREIRA
JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB:
24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENICKAS(OAB:
10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA
DANNUS(OAB: 12706/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- ATUAL VEICULOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto em face de decisão **monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO

ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)
“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST			
Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023			
Relator	ALOISIO CORRÊA DA VEIGA	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS	AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA	AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO	AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)	AGRAVADO	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	AGRAVADO	ALAN LUIZ CANDIDO
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME	ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA	AGRAVADO	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA	AGRAVADO	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA	Intimado(s)/Citado(s):	
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	- STRADA MOTORS LTDA	
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA		
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)		
		PODER JUDICIÁRIO	
		JUSTIÇA DO	
		AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023	
		AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)	

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-

10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)

ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	AGRAVADO	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME	ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AGRAVADO	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AGRAVADO	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	Intimado(s)/Citado(s): - DM VEICULOS LTDA	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA	PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO	
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)		
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA	AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8) AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	D E C I S Ã O	
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA	Trata-se de recurso extraordinário interposto em face de decisão monocrática proferida por Ministro desta Corte Superior.	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	A parte argui repercussão da matéria debatida. É o relatório.	
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA	Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, "é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada", sendo essa a diretriz do art. 102, III, "a", da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível "contra as causas decididas em única ou última instância".	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso	
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
AGRAVADO	MLC TRANSPORTES LTDA - ME		

extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o esgotamento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF,

ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

AGRAVANTE OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

AGRAVANTE CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

AGRAVADO DM VEICULOS LTDA

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO STRADA MOTORS LTDA

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO ALAN LUIZ CANDIDO

ADVOGADO FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)

ADVOGADO LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)

ADVOGADO RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)

ADVOGADO TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)

AGRAVADO ATUAL VEICULOS LTDA

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS

ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)

ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MLC TRANSPORTES LTDA - ME

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE

OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)

ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVADO ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo

Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA

ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

AGRAVADO ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO FERNANDA FERREIRA
CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB:
18650/SC)
ADVOGADO RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB:
35648/SC)
ADVOGADO TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB:
25270/SC)
AGRAVADO ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB:
24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB:
10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA
DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO MURILO DE SOUZA PEREIRA
JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB:
24797/DF)
ADVOGADO SANDRO SVENTNICKAS(OAB:
10807/SC)
ADVOGADO JEFERSON DA COSTA
DANNUS(OAB: 12706/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, *“é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”*, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível *“contra ascausas decididas em única ou última instância”*.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS

ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022) “DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente),

Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
AGRAVADO	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
AGRAVADO	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

Intimado(s)/Citado(s):

- MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra as causas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o esgotamento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso

para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101 DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do TST

Processo Nº AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

Relator	ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
AGRAVANTE	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	SANDRO SVENICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)

ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	DM VEICULOS LTDA	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AGRAVADO	STRADA MOTORS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	ALAN LUIZ CANDIDO	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)	AGRAVADO	MLC TRANSPORTES LTDA - ME
ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
AGRAVANTE	ATUAL VEICULOS LTDA	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	AGRAVADO	ALAN LUIZ CANDIDO
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	ADVOGADO	FERNANDA FERREIRA CASAGRANDE(OAB: 39592/SC)
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	LUIZ HERVAL CASAGRANDE(OAB: 18650/SC)
AGRAVANTE	MLC TRANSPORTES LTDA - ME	ADVOGADO	RICARDO ALVES DE SOUSA(OAB: 35648/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	TIAGO DA ROSA TEIXEIRA(OAB: 25270/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AGRAVADO	ATUAL VEICULOS LTDA
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	STRADA MOTORS LTDA	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	AGRAVADO	MURILO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR AUTOMOVEIS
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)	ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)
AGRAVANTE	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA	ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)	ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)	Intimado(s)/Citado(s): - ALAN LUIZ CANDIDO	
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
AGRAVANTE	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)		
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
AGRAVADO	DM VEICULOS LTDA		
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)		
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
AGRAVADO	OTIMIZA SERVICOS DE ESCRITORIO LTDA		
ADVOGADO	FERNANDO TEIXEIRA ABDALA(OAB: 24797/DF)		
ADVOGADO	SANDRO SVENTNICKAS(OAB: 10807/SC)		
ADVOGADO	JEFERSON DA COSTA DANNUS(OAB: 12706/SC)		
AGRAVADO	CIBRAVE - COMERCIAL BRASILEIRA DE VEICULOS LTDA		

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO

AIRR-0000822-32.2018.5.12.0023

AGRAVANTE: ATUAL VEICULOS LTDA e outros (8)

AGRAVADO: ALAN LUIZ CANDIDO e outros (8)

DECISÃO

Trata-se de **recurso extraordinário** interposto **em face de decisão monocrática** proferida por Ministro desta Corte Superior.

A parte argui repercussão da matéria debatida.

É o relatório.

Conforme o entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, consubstanciado na Súmula nº 281, “*é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada*”, sendo essa a diretriz do art. 102, III, “a”, da CF, ao preconizar que o recurso extraordinário é cabível “*contra ascausas decididas em única ou última instância*”.

Assim, não tendo a parte recorrente interposto o recurso cabível à decisão monocrática, deve ser inadmitido o presente recurso extraordinário, interposto.

Nesse sentido, os seguintes precedentes da Suprema Corte:

“AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida pelo Relator do processo no tribunal de origem, restando ausente o exaurimento das instâncias ordinárias. Incidência da Súmula 281 do STF. 2. Agravo interno desprovido, com imposição de multa de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa (artigo 1.021, § 4º, do CPC), caso seja unânime a votação.” (ARE 1343155 AgR, Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 14/02/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-038 DIVULG 24-02-2022 PUBLIC 25-02-2022)

“DIREITO ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO CPC/2015. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. APELO EXTREMO MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. SÚMULA Nº 281/STF. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DE INSTÂNCIA. 1. Ausente o manejo de recurso para o órgão colegiado, impõe-se a aplicação da Súmula nº 281/STF: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada”. 2. As razões do agravo não se mostram aptas a infirmar os fundamentos que lastrearam a decisão agravada, principalmente no que se refere à ausência de ofensa a preceito da Constituição da República. 3. Agravo interno conhecido e não provido.” (ARE 1312878 AgR, Relator(a): ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 04/10/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-200 DIVULG 06-10-2021 PUBLIC 07-10-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. Incide no caso a Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal, pois o recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática proferida por Ministro do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo regimental não provido.” (ARE 1284415 AgR,

Relator(a): LUIZ FUX (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 28/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-025 DIVULG 09-02-2021 PUBLIC 10-02-2021)

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Não esgotamento das instâncias ordinárias. Súmula nº 281/STF. Precedentes. 1. O recurso extraordinário foi interposto contra decisão monocrática com a qual se negou seguimento aos embargos de que trata o art. 894, inciso II, da CLT, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho. Incidência da Súmula nº 281/STF, ante o não esgotamento das instâncias ordinárias. 2. Agravo regimental não provido, com imposição de multa de 1% (um por cento) do valor atualizado da causa (art. 1.021, § 4º, do CPC).” (ARE 1250495 AgR, Relator(a): DIAS TOFFOLI (Presidente), Tribunal Pleno, julgado em 27/03/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-101DIVULG 24-04-2020 PUBLIC 27-04-2020)

Neste contexto, **nego seguimento** ao recurso extraordinário, **porque inadmissível à luz da Súmula nº 281 do STF**, e determino a baixa dos autos à origem depois do transcurso *in albis* do prazo recursal.

Publique-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2023.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA

Ministro Vice-Presidente do TST

SUMÁRIO

Presidência	1
Decisão Monocrática	1
Despacho	2
Secretaria-Geral Judiciária	5
Despacho	5
Secretaria da Seção Especializada em Dissídios Coletivos	11
Decisão Monocrática	11
Secretaria da Subseção II de Dissídios Individuais	13
Despacho	13
Edital	14
Secretaria da Segunda Turma	15
Redistribuição	15
Secretaria da Quarta Turma	16
Notificação	16
Secretaria da Sexta Turma	17
Despacho	17
Secretaria da Oitava Turma	40
Despacho	40
Secretaria de Processamento de Recursos Extraordinários	46
Despacho	46
Gabinete da Vice-Presidência	48
Decisão Monocrática	48